
Licenciatura em Pedagogia

MILENE CRISTINA HEBLING

**ANÁLISE DOCUMENTAL DOS ARQUIVOS DO
DEOPS/SP ENTRE OS ANOS DE 1968 A 1974 NA BUSCA
POR PROFESSORES SUSPEITOS DE PRÁTICA DE
CRIMES POLÍTICOS.**



Rio Claro
2009

MILENE CRISTINA HEBLING

ANÁLISE DOCUMENTAL DOS ARQUIVOS DO DEOPS/SP ENTRE OS ANOS DE 1968 A 1974 NA BUSCA POR PROFESSORES SUSPEITOS DE PRÁTICA DE CRIMES POLÍTICOS.

Orientador: Prof. Dr. JORGE LUÍS MIALHE
Co-orientadora: Profª Drª MARIANA CARDOSO DOS SANTOS RIBEIRO

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Instituto de Biociências da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” - Câmpus de Rio Claro, para obtenção do grau de Licenciado em Pedagogia.

Rio Claro
2009

370 Hebling, Milene Cristina
H446a Análise documental dos arquivos do DEOPS/SP entre os anos de 1968
a 1974 na busca por professores suspeitos de prática de crimes políticos /
Milene Cristina Hebling. - Rio Claro : [s.n.], 2009
68 f. : il., fots.

Trabalho de conclusão de curso (Licenciatura - Pedagogia) -
Universidade Estadual Paulista, Instituto de Biociências de Rio Claro
Orientador: Jorge Luís Mialhe
Co-Orientador: Mariana Cardoso dos Santos Ribeiro

1. Educação. 2. Ditadura. 3. Polícia política. 4. Subversão. I. Título.

Ficha Catalográfica elaborada pela STATI - Biblioteca da UNESP
Campus de Rio Claro/SP

Aos meus pais,
por me ajudarem a chegar até aqui.

AGRADECIMENTOS

Após quatro anos cursando Licenciatura em Pedagogia, entendo que este TCC é o resultado de uma construção que se iniciou logo no primeiro dia de aula. Desde esse início até hoje, quando estou prestes a me formar, foram inúmeras as pessoas que contribuíram não apenas para a minha vida acadêmica, para os meus estudos e para a realização deste trabalho, mas também para a minha vida, para minha formação pessoal. Sendo assim, tentarei aqui expressar meus agradecimentos a todas estas pessoas tão especiais que fazem parte de minha vida.

Em primeiro lugar, agradeço a meus pais. Durante toda a minha vida, vocês foram meus grandes professores. Sempre se preocuparam muito com a minha educação e fizeram grandes sacrifícios para que eu pudesse cursar boas escolas. Na universidade, apoiaram as minhas decisões. Se não fosse pela ajuda que me deram, este TCC não poderia ser realizado. Sei dos esforços que foram necessários para que eu pudesse realizar esta pesquisa: não falo apenas do financeiro, mas também das barreiras que tiveram que romper (né, mãe!) para que eu fizesse minhas viagens. Agradeço a vocês com todo o meu coração. Pai e mãe, não tenho palavras para expressar o que fizeram por mim!

Agradeço a minha irmã querida, meu amorzinho, que sempre me distraiu nos momentos de nervoso com suas piadas e brincadeiras. Gabi, foi você que evitou que eu ficasse “louca de tanto estudar”. Foi graças a suas brincadeiras que eu consegui superar vários obstáculos que se impuseram durante esta pesquisa. Desculpe pelos dias que te “deixei de lado” porque precisava estudar... Valeu por tudo, minha bonequinha!

Agradeço a minha família toda: meus avós, que sempre foram um grande exemplo para mim, meus tios e primos. Com vocês aprendi lições que levarei por toda a vida. Agradeço em especial a minha avó e a meu avô, que sempre me incentivaram e apoiaram em tudo. Saibam que sinto um grande orgulho por ser sua neta. Em todos os momentos de preocupação que passei, antes ou durante a faculdade, devido ao TCC ou não, me lembro do apoio incondicional que vocês me deram. Agradeço imensamente por tudo!

Agradeço a Pamela, minha querida “irmã siamesa”. O que seria da minha graduação sem as risadas que demos juntas, sem as milhões de crises de riso? Nunca teria conseguido aprender filosofia se não fosse por essas risadas... E além disso,

agradeço por sua ajuda e apoio em todos os momentos difíceis pelos quais passei. Você sempre esteve ao meu lado, ouviu meus desabafos, meus medos, minhas idéias, minhas loucuras. Pam, agradeço muito por tudo! Como diz aquele nosso amigo, “A gente se merece”.

Ju, querida amiga, agradeço por todos os seus conselhos. Você literalmente me ajudou a “ver novos horizontes”, a ampliar minhas fronteiras. Você foi uma das primeiras pessoas que me apoiou nesta pesquisa, lembra? Agradeço muito! Osmar, o que seria de mim sem seus conselhos de como organizar as referências e as citações? Valeu por todas as dicas (e foram muitas hein, até mesmo dicas de emprego)! Mari, agradeço por todos os conselhos que você me deu! Valeu G5!

Agradeço ao Filipe pelo carinho com que me acompanhou diariamente durante a escrita deste trabalho. Você esteve sempre presente, me incentivando, dando forças e aconselhando a “descansar um pouco”. Fi, houve dias em que eu estava tão desesperada, sem idéia nenhuma de como continuar a escrever, e você me acalmava e me distraía. Sua companhia foi essencial! Saiba que você é muito importante para mim!

A turma da minha classe, companheiros inesquecíveis. Com vocês, aprendi mais do que muitos cursos podem ensinar. Agradeço em especial a amiga Paulinha, que me ajudou muito em alguns sufocos que passei com o TCC, e a amiga Barbara, que me ensinou coisas muito úteis para esse trabalho.

Ao meu experiente orientador Jorge L. Mialhe e a minha atenciosa co-orientadora Mariana C. S. Ribeiro por me ensinarem a construir uma pesquisa acadêmica. A contribuição de vocês foi essencial para que eu realizasse esse trabalho. Agradeço pela paciência, atenção e disponibilidade que tiveram comigo.

A Sonia Zani, que me ajudou muito com a correção gramatical desse trabalho. Agradeço por sua atenção!

Enfim, a todos aqueles que contribuíram para a realização deste TCC. Peço desculpas se esqueci do nome de alguém.

A todos vocês, meus sinceros agradecimentos!

“Quem pensa opõe resistência”

Theodor Adorno

RESUMO:

No Brasil, com o Golpe Militar de 1964, iniciou-se um período ditatorial que se intensificou com o Ato Institucional nº 5. Com esta nova forma política imposta no país, foi necessário intervir em diversas esferas sociais, para validar o regime. A esfera educacional recebeu intervenções políticas para que se tornasse mais um instrumento de manutenção da ditadura. Através da educação, o governo pretendia interferir nas idéias e pensamentos dos alunos, para validar a própria permanência no poder. No entanto, houve professores que se negaram a agir como legitimadores do governo militar e iniciaram um movimento no sentido oposto: o de atuar contra este regime. Assim como em muitos outros setores sociais, os professores também participaram intensamente da luta contra a ditadura e, conseqüentemente, sofreram repressões. Esta pesquisa busca trabalhar com a análise de documentos produzidos por um órgão de repressão desse período relativos a professores acusados de crimes políticos. Trata-se do Departamento Estadual de Ordem Política e Social - DEOPS, mais especificamente o do estado de São Paulo, um dos mais expressivos órgãos de repressão da ditadura militar. O período selecionado para este trabalho vai do ano de 1968, no qual foi instituído o AI-5, até 1974, com o fim do Governo Médici. Buscou-se, portanto, fazer um levantamento do perfil de casos de professores considerados criminosos políticos, a partir da análise de prontuários e dossiês do DEOPS/SP.

Palavras-chave: Crime Político; Ditadura; Professores; Polícia Política; Subversão.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	9
2. CONTEXTO HISTÓRICO: A DITADURA MILITAR NO BRASIL	17
2.1. A construção de uma ditadura: o Golpe Militar de 1964.....	17
2.2. O Governo Costa e Silva.....	18
2.2.1. 1968: a população em dissonância com o Estado.	18
2.2. 2. AI-5: A tigrada mostra as garras.	23
2.2. 3. A doença de Costa e Silva.	27
2. 3. A Junta Militar provisória: na falta de um presidente, surgem três.....	28
2.4. O Governo Médici: O Brasil está botando Pra quebrá.....	29
3. ANÁLISE DE CASOS DE PROFESSORES INVESTIGADOS PELO DEOPS/SP.	
.....	37
3. 1. Professores acusados de crime político devido à sua atividade na sala de aula e/ou escola:	38
3. 2. Professores militantes: a participação em organizações de esquerda.....	41
3.3. Casos em que não há provas e/ou referências sobre o crime cometido.	50
3. 4. Conclusões sobre os casos analisados:.....	51
4. Considerações Finais:	55
BIBLIOGRAFIA	57
FONTES PRIMÁRIAS:	57
REFERÊNCIAS:.....	57
6. ANEXOS	60
6. 1. Anexo A - Notícia do jornal “Cidade de Santos”, de 27 de maio de 1970, na qual consta um parágrafo sobre a professora Clari Izavel Fávero. Dossiê 50-Z-075. DEOPS/SP, DAESP.....	60
6. 2. Anexo B - Capa do Prontuário 146127. José Hilário Nunes da Costa. DEOPS/SP, DAESP.....	60
6. 3. Anexo C – Anotação para o Prontuário. Prontuário 146127. José Hilário Nunes da Costa. DEOPS/SP, DAESP.	62
6. 4. Anexo D – Capa do Prontuário 147.528. Maria Martha Antunes da Silva. DEOPS/SP, DAESP.....	63

6. 5. Anexo E – Informação nº 1416/74. Prontuário 147.528. Maria Martha Antunes da Silva. DEOPS/SP, DAESP.	64
6. 6. Anexo F – Ficha de Identificação de Maria Martha Antunes da Silva. Prontuário 147.528. Maria Martha Antunes da Silva. DEOPS/SP, DAESP.....	65
6. 7. Anexo G – Certidão de Antecedentes Criminais. Prontuário 145.507. Wilson de Campos Vieira. DEOPS/SP, DAESP.....	66
6. 8. Anexo H – Informação. Prontuário 56.011. Terezinha de Melo Pereira. DEOPS/SP, DAESP.....	67
6. 9. Anexo I – Informação nº 000651. Prontuário 146.420. Luiz Marcos de Magalhães Gomes. DEOPS/SP, DAESP.....	69

1. INTRODUÇÃO

Um regime político, para se manter no poder, precisa criar mecanismos e estratégias de convencimento da população, para que esta acredite que as medidas adotadas são as melhores para o país. No caso de um regime autoritário, é preciso que essas medidas sejam intensificadas a fim de criar na população a idéia de que o país ainda segue os trilhos da democracia e esconder a violência que de fato se manifesta.

No Brasil, com o Golpe Militar de 1964, iniciou-se um período ditatorial¹ que se intensificou com o Ato Institucional nº 5. Com esta nova forma política imposta no país, foi necessário criar modos de intervir em todas as esferas sociais, para validar o regime. Estabeleceram-se mudanças econômicas que visavam levar o país ao desenvolvimento tão propagado. Houve uma intensificação nas propagandas nacionalistas, que exaltavam as qualidades do país, no intuito de ocultar o que ocorria de fato no cenário político. Aliado a estas propagandas, o governo valeu-se da censura à imprensa e da repressão aos que fossem contrários ao regime.

A esfera educacional também recebeu intervenções políticas para que se tornasse mais um instrumento de manutenção da ditadura. Sendo assim, o governo criou até mesmo novos conteúdos a serem lecionados, que tratavam da exaltação nacionalista, através das disciplinas Educação Moral e Cívica e Organização Social e Política Brasileira. Estas matérias tratavam da doutrinação dos alunos para que acreditassem que o regime instalado era o ideal e do interesse de todos. Eram trabalhados os conteúdos de forma passiva, através da transmissão de informações, sem nenhum questionamento crítico. Além disso, tentava-se moldar os comportamentos dos alunos para que se tornassem cidadãos obedientes ao regime e participantes na construção do desenvolvimento com segurança da nação.

¹ É necessário explicitar o uso que se fez do termo “ditadura” neste trabalho. Este termo pode ser amplamente definido como qualquer regime não-democrático. Este é o sentido aqui adotado e deve ficar claro para o leitor que o regime militar no Brasil, que se iniciou em 1964, teve momentos de maior ou menor autoritarismo durante sua duração. Desta forma, a definição “ditadura” refere-se a um Estado autoritário, que utiliza meios coercitivos para manter-se no poder e reprime a oposição aberta. Há também as ditaduras totalitárias, como no caso da Alemanha nazista. Para uma maior compreensão, ver os verbetes AUTORITARISMO, DITADURA e TOTALITARISMO no Dicionário de Política (BOBBIO, 1991).

Através da educação, o governo pretendia interferir nas idéias e pensamentos dos alunos, para validar a própria permanência no poder. Este trabalho com a ideologia era muito eficaz e válido do ponto de vista dos detentores do poder, pois era um meio de inculcar nas pessoas aquilo que era necessário que acreditassem para concordar com a manutenção do regime. Nesse sentido, contribuíram também as propagandas nacionalistas.

No entanto, houve professores que se negaram a agir como legitimadores do governo militar e iniciaram um movimento no sentido oposto: o de atuar contra este regime. Assim como em muitos outros setores sociais, os professores também participaram intensamente da luta contra a ditadura e, conseqüentemente, sofreram repressões.

Em sua profissão, os professores lidam com o conhecimento, que é fonte de poder. O conhecimento conduz à compreensão crítica da realidade, o que não é interessante para um governo autoritário. É exatamente por isso que os intelectuais questionaram o regime militar e sofreram violentas repressões. Assim como eles, os professores também são vistos como detentores de conhecimento e são considerados agentes perigosos pois podem influenciar seus alunos através da manipulação de idéias ou com uma visão crítica da realidade social, econômica e política.

Esta pesquisa busca trabalhar com a análise de documentos produzidos por um órgão de repressão desse período relativos a professores. Trata-se do DEOPS, o Departamento Estadual de Ordem Política e Social, mais especificamente o do estado de São Paulo, um dos mais expressivos órgãos de repressão da ditadura militar. Para uma maior compreensão acerca da atuação deste órgão e de como foi produzida sua documentação, serão tecidas algumas considerações a seguir.

Para este trabalho foram utilizados documentos apenas do DEOPS/SP. A legislação que criou esse órgão é de 1924, data esta bem anterior ao período aqui estudado.

A última nomenclatura que este órgão paulista recebeu foi Departamento Estadual de Ordem Política e Social - DEOPS, que tornou-se a nomenclatura mais comumente usada para designar o órgão. No período do regime militar, vigorou a sigla DOPS².

² Neste trabalho, optou-se por utilizar a sigla DEOPS, que é a mais comumente utilizada.

O DEOPS só foi extinto em 1983, através do decreto nº 20.728/83. É importante explicitar o motivo pelo qual isso ocorreu. Este período foi caracterizado pela abertura política gradual, até retornar ao Estado democrático. Em 1982, foram realizadas eleições diretas para governadores de Estado, o que havia ocorrido pela última vez em 1965. O governador que foi eleito em São Paulo, Franco Montoro, era candidato do partido de oposição ao regime, o Partido do Movimento Democrático Brasileiro – PMDB. José Maria Marin, último governador de São Paulo imposto pela ditadura, decidiu extinguir o DEOPS para evitar que a documentação produzida fosse de livre acesso à oposição. Toda a documentação foi entregue à agência paulista da Polícia Federal, onde permaneceu até 1991.

Os guardiões do regime militar, imbuídos que estavam de tentar impedir quaisquer revisões de seus atos autoritários, ou do que chamavam de “revanchismo”, preocupavam-se que acervos de órgãos do aparato repressivo viessem parar em mãos “inadequadas” (as de governadores de oposição). Desse modo compreende-se a extinção do DEOPS/SP dias antes da posse de Franco Montoro no Governo de São Paulo e a passagem de seu imenso acervo documental para a agência paulista da Polícia Federal, onde permaneceu “bem guardado” até o ano de 1991. (AQUINO, 2002, p. 22)

Apenas em 1991, o acervo do DEOPS/SP passou para a Secretaria de Estado da Cultura, que o entregou ao Arquivo do Estado de São Paulo. Em 1994, o acervo tornou-se público para consultas e pesquisas, visto que anteriormente, entre 1991 e 1994, ele estava à disposição de familiares de mortos ou desaparecidos e também de pessoas que buscavam as informações sobre si próprias.

Apesar das diferentes denominações que recebeu e das legislações que modificaram alguns aspectos desse órgão repressivo, sua função permaneceu inalterada durante toda a sua existência: tratava-se de prevenir crimes, investigando possíveis suspeitos, e de punir aqueles considerados criminosos.

Assim, o DEOPS desempenhou, por quase seis décadas, as funções de uma polícia política, estando sempre devotado à vigilância, controle e repressão dos setores e cidadãos engajados em projetos políticos alternativos aos implementados pelos donos do poder. Neste exercício de dominação, lançou mão de práticas violentas e ilegais (como a tortura, o cárcere privado e a execução sumária), métodos amparados na legislação (como a instauração de inquéritos policiais) e também da produção e armazenamento de uma quantidade enorme de informações sobre cidadãos considerados “perigosos” para a ordem vigente. (ARAÚJO; LEME DE MATTOS; KLAUTAU NETO; SWENSSON JR, 2001, p. 24)

No período da ditadura militar não foi diferente: o DEOPS/SP serviu como polícia política, que investigou suspeitos de idéias contrárias ao regime, através de investigações baseadas, muitas vezes, em métodos violentos. Ao lado dessa

investigação dos possíveis suspeitos, havia também a punição dos considerados culpados: aqueles que eram condenados a crimes políticos passavam pelos “porões” do DEOPS, como se tornaram conhecidas as salas nas quais se realizavam as torturas.

Em meio a essa busca por culpados, que visava livrar a sociedade da subversão e da corrupção, foram criados estereótipos que serviam como base para as investigações. Desta forma, determinados setores sociais eram mais “suspeitos” do que outros. Os estudantes e intelectuais, por exemplo, eram alvo de constantes investigações. Traçava-se um perfil daqueles que seriam “criminosos potenciais”, ou seja, aqueles que poderiam, porventura, vir a cometer crimes contra a tão defendida Segurança Nacional:

Atuando em consonância com a tradição inquisitorial, o DEOPS acumulava uma miríade de informações sobre pessoas e setores potencialmente perigosos para, posteriormente, descobrir os crimes por elas cometidos. Prioritariamente, não se busca o criminoso a partir do crime, mas o crime através do (suposto) criminoso. Constroem-se estereótipos sobre os cidadãos que são tendencialmente criminosos: são suspeitos, de antemão, por portarem certas características: tipo de fala, de idéias, de trajas, de trabalho, de relações de amizade, de leituras. (ARAÚJO; LEME DE MATTOS; KLAUTAU NETO; SWENSSON JR, 2001, p. 24).

Sendo assim, o DEOPS/SP desenvolve investigações sobre o maior número de pessoas possível, para ter o suposto conhecimento sobre os “opositores” do regime. Logo, a documentação produzida é ostensivamente grande. Tanto assim que o acervo DEOPS/SP conta com aproximadamente 1.500.000 fichas e 163.000 pastas³, subdivididas em quatro séries: Prontuários, Dossiês, Ordem Social, Ordem Política.

A Série Prontuários é composta, no total, por aproximadamente 163.000 fichas e 150.000 pastas. Os prontuários tratam, em geral, de pessoas suspeitas de crimes políticos e o acesso a estas fichas pode ser feito pelo nome do investigado ou por caracterizações como a sua profissão, por exemplo.

Já a Série Dossiês, contém aproximadamente 1.100.000 fichas e 9.626 pastas, organizadas de acordo com um código composto por uma combinação de letras e números. Este código foi desvendado por uma equipe de pesquisadores do projeto “Mapeamento e Sistematização do Acervo DEOPS/SP: Série Dossiês (1940-1983)”, que se dedicaram à sistematização e conservação desta massa documental

³ ARAÚJO; LEME DE MATTOS; KLAUTAU NETO; SWENSSON JR, 2001, p. 26.

composta pelos dossiês⁴. A nomenclatura utilizada para designar os significados desse código também foi desenvolvida por esta equipe de pesquisadores.

Os dossiês apresentam um código composto por uma numeração inicial, chamada de “Família” (AQUINO, 2002, p. 32), que pode ser 10, 20, 30, 40 ou 50. Cada uma delas trata de um tema geral. Neste trabalho, foram utilizados dossiês pertencentes às famílias 30, que “ênfatiza a perseguição aos ‘suspeitos’ de atividades comunistas, socialistas e anarquistas” (AQUINO, 2002, p. 33), e 50, que é a mais difícil de ser caracterizada por apenas um tema, visto que:

É a maior de todas. Sozinha, corresponde a 5.121 pastas, num universo de 9.626. Há uma grande variedade de temas no seu interior, observando-se nessa família um constante fenômeno de migração de códigos, ou seja, um código criado na década de 40 com um significado determinado pode sofrer alterações de sentido no período do regime militar. Ali se encontram constantemente referências à suspeição sobre estrangeiros e ao acompanhamento do panorama eleitoral ao longo do tempo, sendo que a maior parte de seu acervo refere-se à fase pós-1964 com seus interesses específicos, vinculados à chamada Doutrina de Segurança Nacional. (AQUINO, 2002, p. 33)

As famílias encontram-se divididas em “subfamílias” (AQUINO, 2002, p. 33), sendo que a família 30 é composta pelas subfamílias 30 e 31. No caso deste trabalho, utilizou-se a subfamília 30, que trata de “perseguição a pessoas, jornais, entidades suspeitas de atividades vinculadas ao Comunismo ou ao Socialismo” (AQUINO, 2002, p.35). A família 50 está dividida nas subfamílias 50 e 52. A subfamília 50 trata, entre outros assuntos, das “preocupações típicas dos interesses dos governos do regime militar” (AQUINO, 2002, p. 35).

Após essa primeira parte do código, segue-se uma letra, chamada de “setor”, visto que normalmente cada uma delas representa um segmento social, de acordo com as profissões. Apenas o setor Z é composto por diversos segmentos sociais, ou seja, todos os que não se encaixaram nos setores anteriores. Este foi o setor mais pesquisado para este trabalho. Também foram consultados dossiês cujo setor é o H, que tratam da “vigilância às atividades desenvolvidas pelos funcionários públicos” (AQUINO, 2002, p. 36).

A terceira e última parte do código é composta por outro número, que representa a ordem cronológica em que as pastas foram criadas.

⁴ Para uma maior compreensão acerca do trabalho desta equipe, ver AQUINO, M. A. DEOPS/SP: visita ao centro da mentalidade autoritária. In AQUINO; LEME DE MATTOS; SWENSSON JR; MORAES (Org.), 2002.

Dentre o total de 5.207 dossiês, 842 são da família 30 e 2.082 da família 50. As 9626 pastas têm uma parcela composta por 1.381 na família 30 e 5121 na família 50⁵.

Devido ao grande acervo documental do DEOPS/SP e à inexistência de outra pesquisa com o mesmo tema desta, seguiu-se o seguinte caminho para a obtenção de nomes a serem consultados: primeiramente, realizou-se uma consulta no material disponibilizado pela equipe de pesquisadores do projeto “Mapeamento e Sistematização do Acervo DEOPS/SP: Série Dossiês (1940-1983)”. Esta equipe lançou cinco livros, em cuja parte final constam listas com a numeração dos dossiês e uma síntese sobre o assunto de que tratam. Alguns dossiês foram selecionados, devido à possibilidade de conterem documentos referentes a professores no período entre 1968/1974. Simultaneamente, foi realizada uma pesquisa nos prontuários a partir da profissão de professor. Com a consulta a este material inicial, foi possível a descoberta de outros nomes para consulta, visto que estes se encontravam citados em documentos analisados. Alguns desses nomes não estavam fichados e outros haviam sido investigados em período diferente do estudado. Portanto, selecionaram-se apenas os que obedecessem a esses critérios.

Há um grande número de prontuários e dossiês que tratam de investigações sobre professores e por isso, foi necessário estabelecer um critério para analisar apenas alguns casos. Primeiramente, excluíram-se todos os prontuários que não pertenciam ao período selecionado para esta pesquisa, que vai do ano de 1968, no qual foi instituído o AI-5, até 1974, com o fim do Governo Médici. Estabeleceu-se que este período (1968-1974) seria a base para o trabalho pois foi a partir do Ato Institucional nº 5 que o regime autoritário instalado com o golpe de 64 assumiu suas características ditatoriais e passou a exercer um controle maior sobre a população, através de uma violenta repressão. Alguns prontuários precisaram ser observados para que houvesse a certeza de que não possuíam nenhum documento produzido no período desejado.

Para a análise contida neste trabalho foram considerados somente os casos de professores investigados por crimes políticos, visto que alguns eram acusados de crimes de outra ordem e, portanto, não constituem o objetivo da pesquisa.

⁵ AQUINO, M. A. DEOPS/SP: visita ao centro da mentalidade autoritária. In AQUINO; LEME DE MATTOS SWENSSON JR; MORAES, (Org.), 2002, p. 38.

Diversos dossiês tratam de investigações sobre professores. Alguns estão compostos por documentos referentes a instituições, como por exemplo a Universidade de São Paulo e, portanto apresentam informações sobre estudantes e professores. Em outros casos, são investigados apenas professores. Devido ao fato de cada dossiê ser composto por diversas pastas, optou-se pela pesquisa em apenas uma parcela destas pastas, ou seja, naquelas em que havia maior possibilidade de referências a professores, devido ao tema geral de que tratavam.

Houve ainda mais um critério de seleção para a análise do material consultado. Devido ao fato de a pesquisa ter como um de seus objetivos propiciar o acesso a casos que não são de conhecimento público, ou que não foram divulgados com tanta intensidade, bem como o de utilizar materiais inéditos para embasar a reconstrução do perfil desses acusados, optou-se por trabalhar apenas com professores primários e/ou secundários. Logo, não serão abordados os que lecionavam em universidades, visto que houve grande repercussão ao que aconteceu a muitos desses professores, principalmente no que se refere às demissões sumárias e ao exílio. Não houve muita atenção à atuação dos professores de primeiro e segundo graus, sendo que sua participação na luta contra a ditadura ainda pode conter elementos que contribuam para uma maior compreensão acerca do modo como alguns setores da sociedade organizaram sua resistência.

Por que estes professores foram considerados suspeitos e tornaram-se alvo de investigações? De quais crimes políticos foram acusados? Quais as provas levantadas nesses processos? Qual o perfil dos professores acusados de crimes políticos? Essas são as questões que nortearam a pesquisa documental e a posterior análise.

Para tratar do tema, este trabalho apresenta-se dividido em duas partes: na primeira, é feita uma contextualização geral referente ao período histórico iniciado com o Golpe Militar de 1964 e que se estendeu até a redemocratização, após duas décadas de autoritarismo. É dada maior ênfase ao período que constitui o recorte histórico central deste trabalho, a fim de situar melhor o leitor nos acontecimentos políticos que marcaram a época. A segunda parte do trabalho é constituída pela análise do material documental selecionado, a partir dos critérios já explicitados anteriormente, com as possíveis respostas aos questionamentos que conduziram a pesquisa. Há também alguns comentários finais acerca do que foi produzido. No

final deste trabalho, foram anexadas várias fotografias que representam o material consultado a fim de possibilitar ao leitor um contato com a vasta documentação do DEOPS/SP e ilustrar os casos aqui apresentados.

2. CONTEXTO HISTÓRICO: A DITADURA MILITAR NO BRASIL.

“Nosso país foi posto para marchar na ordem unida da ‘direita volver””.
(MARCUS CORTEZ)

2.1. A construção de uma ditadura: o Golpe Militar de 1964.

O presidente João Goulart, ou Jango, assumiu a Presidência em 1961. Governava, inicialmente, através de um regime parlamentarista, no qual era o Presidente, mas não tinha poderes reais. Foi somente em 1963, através de um plebiscito, que passou efetivamente a governar o país.

Em 1964, em meio a greves e altos índices de inflação, Jango manifestou sua intenção de iniciar reformas de base⁶, o que não foi bem visto pelos setores conservadores. O modo de governar do presidente, próximo à esquerda, fez com que a direita suspeitasse de sua possível aproximação com o comunismo, o que resultou em um golpe para tirá-lo do poder. No dia 1º de abril de 1964, após a deflagração de um movimento iniciado pelo Exército em 30 de março para depor Jango, o governo do país estava nas mãos dos militares.

O general Humberto de Alencar Castello Branco foi eleito presidente da República pelo Congresso Nacional. Ele procurou manter uma forma de regime ditatorial, mas sem, no entanto, se afastar totalmente da Constituição. Pretendia que seu governo caminhasse para a volta às vias democráticas o mais rápido possível.

No entanto, isso ficou apenas na intenção, pois o que ocorreu de fato foi a cassação de mandatos, suspensão de direitos políticos, prisões e exílios de brasileiros. Foi através de um Ato Institucional sem número, pois deveria ser o único, que se instituiu o direito de cassar mandatos parlamentares e de suspender mandatos políticos de cidadãos.

Por meio do Ato Institucional nº 2, Castello deu ao Congresso o poder para eleger o presidente e extinguiu os partidos políticos. Somente dois partidos eram aceitos: a Aliança Renovadora Nacional – Arena – que apoiava o regime, e o Movimento Democrático Brasileiro – MDB - de oposição ao regime. A partir de então,

⁶ GASPARI, 2002, p. 48.

os brasileiros viram-se impedidos de participar da escolha presidencial por um longo período, aproximadamente vinte e cinco anos.

Em 64, através da Lei 4341, o general Golbery do Couto e Silva criou o SNI – Serviço Nacional de Informação – que deveria fiscalizar o interior do próprio país. Este foi apenas um entre os diversos órgãos de vigilância de que dispunha o governo militar.

2.2. O Governo Costa e Silva.

O escolhido para suceder Castello foi o Marechal Arthur da Costa e Silva, que rapidamente aprofundou o regime autoritário sob o qual o país se encontrava. No entanto, em seu discurso, havia a tentativa de caracterizar seu governo como democrático:

Isto se chama regime democrático e, quer queiram ou não aqueles que não olham com os olhos de ver e não ouvem com os ouvidos de ouvir, existe neste país uma democracia. [...] O ano de 1967, quando passamos de uma época de regime de exceção para um regime normal, democrático, foi um ano bom. E espero que em 1968, concretizadas as realizações nos campos administrativo, político, social e militar, possamos continuar a cumprir o nosso dever com dedicação, com amor e com coragem. (GASPARI, 2002, p. 267)

Durante seu governo, os militares viveram um período de desrespeito à hierarquia dentro dos próprios quartéis. Os oficiais da linha dura, contrários a qualquer tentativa de abertura política, chegaram ao extremo de planejar e executar atentados contra cidadãos. As medidas repressivas utilizadas contra os civis considerados subversivos foram deixadas de lado quando se tratava de punir os atos ilegais praticados por oficiais.

2.2.1. 1968: a população em dissonância com o Estado.

A partir de 1968, o número de manifestações populares aumentou. Aumentou também a repressão: muitos eram presos, torturados e mortos. Como consequência, novos protestos. A mídia tentava manipular a opinião pública, valendo-se de matérias um tanto quanto “duvidosas” no que diz respeito à veracidade dos fatos noticiados.

No dia 28 de março, o estudante secundarista Edson Luís Lima Souto, de dezessete anos, foi morto em um confronto no restaurante Calabouço, que servia estudantes pobres. Seu corpo foi velado na Assembléia Legislativa, com a presença de milhares de pessoas. No dia seguinte, o cortejo para o enterro levou o caixão de Edson em direção ao Cemitério São João Batista, em um trajeto que durou mais de duas horas. Do alto dos edifícios, pétalas de flores caíam. Uma notícia de jornal do dia seguinte ao enterro mostra a dimensão simbólica deste enterro: “Edson Luís teve a homenagem que o povo brasileiro costuma consagrar aos seus heróis populares: o Hino Nacional. Sua mortalha foi a bandeira brasileira” (VENTURA, 2008, p. 98).

No dia 4 de abril, ocorreram as missas de sétimo dia de falecimento do estudante, na igreja da Candelária. No período da manhã, houve um verdadeiro massacre: na saída da missa, a cavalaria bloqueou todas as portas, esmagando os que tentavam sair. Após o término da missa da tarde, os padres precisaram formar uma barreira para que os que saíam pudessem passar em segurança.

Outro confronto marcante desse ano ocorreu no dia vinte de junho, no qual mais de mil estudantes reuniram-se com o reitor e com os professores da Universidade Federal do Rio de Janeiro para saber deles qual a sua posição política. A polícia montou um cerco, com um número ostensivamente grande de homens, na saída do Teatro de Arena da Faculdade de Economia, no qual estavam reunidos os estudantes e professores. Os agentes policiais levaram os estudantes ao Campo do Botafogo, onde foram espancados e humilhados. As fotos desse episódio apareceram em alguns jornais e chocaram a classe média.

Mais do que pela agressão física, as fotos “hediondas” indignavam como símbolos do ultraje. A descrição de soldados urinando sobre corpos indefesos ou passeando o cassetete entre as pernas das moças, junto às imagens de jovens de mãos na cabeça, ajoelhados ou deitados de bruços com o rosto na grama, eram uma alegoria da profanação. (VENTURA, 2008, p. 126)

A classe média estava em choque desde a morte do estudante Edson Luís e a repressão ocorrida em suas missas de sétimo dia, mas os episódios ocorridos nessa semana de julho fizeram com que esse choque começasse realmente a incomodar, a despertar algo de novo no pensamento de uma parte do povo brasileiro: a sensação de que algo estava errado, pois a chamada “Revolução” não era tão democrática quanto divulgava ser.

Na quarta-feira, dia 19, Tarso Dutra, ministro da Educação, combinou com os estudantes de recebê-los no período da manhã. Porém, quando estes chegaram ao MEC, encontraram o local cheio de policiais. Os estudantes recuaram, mas voltaram em seguida, armados com paus e pedras, e iniciou-se um enfrentamento com a polícia que durou toda a manhã.

O dia 21, conhecido como a “sexta-feira sangrenta”, teve um dos maiores enfrentamentos ocorridos em todo o período ditatorial que se seguiu ao Golpe de 64.

Nesse dia, quando o povo – não só os estudantes – resolveu atacar a polícia, o centro da cidade assistiu a uma sequência de batalhas campais como nunca tinha visto antes e como não veria nos anos seguintes. Nos seis governos militares pós-64, incluindo a Junta, foi o que mais se pareceu com uma insurreição popular.

Durante quase dez horas, o povo lutou contra a polícia nas ruas, com paus e pedras, e do alto dos edifícios, jogando garrafas, cinzeiros, cadeiras, vasos de flores e até uma máquina de escrever. (VENTURA, 2008, p. 122)

Essa batalha prosseguiu até aproximadamente às 20 horas, deixando muitos feridos e espancados, diversos intoxicados, alguns mortos, inclusive um soldado da PM. O prédio do DEOPS ficou lotado, com cerca de mil pessoas.

Após todos esses conflitos, as manifestações culminaram com a Passeata dos Cem Mil. Na quarta-feira seguinte, com autorização conseguida através de negociações demoradas com o governador do estado, os manifestantes puderam sair às ruas sem a presença da polícia. Devido a esse fato, o número de pessoas que compareceu foi muito grande, tornando este movimento diferenciado dos demais.

De cima – das escadarias da Assembléia Legislativa, da Biblioteca Nacional ou do Teatro Municipal – a visão era a de um espetáculo inédito. As pessoas iam chegando como nos últimos tempos só chegavam ao Maracanã ou aos desfiles de escolas de samba: em grupos alegres, aos poucos, carregando cartazes com palavras de ordem que identificavam os setores – professores, bancários, estudantes secundários e universitários, mães, garis, engenheiros, arquitetos, médicos, padres. (VENTURA, 2008, p. 142)

Após diversos discursos, a passeata iniciou-se: aproximadamente 13 horas e 45 minutos, a multidão começou o trajeto⁷. Às 16 horas, chegavam à Candelária, onde alguns dias atrás tinha havido a repressão na saída da missa de Edson Luís. Esse acontecimento foi de grande importância para a época, pois mostrou a força do movimento estudantil, que organizou e liderou a Passeata.

⁷ VENTURA, 2008, p. 144.

No dia 29 de agosto, cerca de trezentos homens, entre soldados da Polícia Militar e agentes do DEOPS, invadiram a Universidade de Brasília e prenderam cinco estudantes. Devido a essa invasão, no dia 02 de setembro, o deputado Márcio Moreira Alves fez um discurso, na Câmara dos Deputados, que foi considerado pelos militares uma afronta. Ele advertiu sobre o Sete de Setembro, explicando aos pais que “a presença de seus filhos nesse desfile é um auxílio aos carrascos que os espancam e os metralham nas ruas”. Em setembro, o governo encaminhou uma proposta à Câmara dos Deputados, pedindo licença para que Márcio Moreira Alves fosse processado.

Iniciou-se, assim, um período de uma grave crise política no Brasil, pois esse discurso serviu como pretexto para a proposta de um novo Ato Institucional, que, na verdade, já era do desejo de muitos oficiais há bastante tempo.

Nos dias 2 e 3 de outubro, ocorreu a chamada “Guerra da Maria Antônia”, referência a um conflito entre os estudantes da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da USP e os da Mackenzie. Esses dois campus situavam-se na mesma rua, a Maria Antônia, no centro de São Paulo, um de frente para o outro. O nome da rua também era usado para designar a faculdade da USP que nela se situava.

Esse confronto ficou reduzido a um simples enfrentamento de estudantes, quando, na verdade, representou bem mais que isso. A Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras sempre foi grande produtora de um pensamento crítico e atuou intensamente na luta contra a ditadura.

Dessa forma, ela se caracterizava como um elemento subversivo que deveria ser combatido, segundo o pensamento vigente no período ditatorial. Representava, sem dúvida, uma inimiga do poder estabelecido.

O sentido político do objetivo de destruição da instituição simbolizada pelo edifício de nº 294, a partir da omissão e/ou conivência das autoridades do Estado e das autoridades universitárias superiores, fica mais ou menos evidente: efetivamente a Maria Antônia foi, em São Paulo, um núcleo de resistência à ditadura, através de seus professores, e foi sede do movimento estudantil paulista, não apenas, mas principalmente, a partir da ocupação do prédio pelos estudantes em junho de 1968. Desse modo se confrontava, de um lado, com o governo militar, desde 1964 – já tendo sido atingida por ele desde então – e de outro, com as autoridades universitárias superiores – conflitos latentes e explícitos – as quais, como já se viu, haviam incorporado o espírito e as práticas do golpe de 1964⁸. (CARDOSO, 1998, p.39)

⁸ O reitor da USP, eleito em 1963, era o professor Gama e Silva, que afastou-se desse cargo para assumir o de Ministro da Justiça, no governo Costa e Silva, em 1967. Gama e Silva foi favorável à criação do AI-5.

Por isso, quando os professores da Faculdade chamaram a polícia para acabar com o conflito, não obtiveram resposta. As forças policiais reduziram a sua ação a invadir o prédio, já quase totalmente destruído, após ter sido completamente evacuado pelos estudantes.

A Universidade Mackenzie tinha, entre seu corpo discente, representantes do Comando de Caça aos Comunistas - CCC, que já tinha sido o responsável por alguns atentados durante o ano de 1968. Dessa forma, os alunos da Universidade contavam com armas e bombas, o que não se pode dizer dos alunos da Faculdade. O próprio terreno da Mackenzie, mais elevado, e também seu prédio, cercado por um muro alto, colocavam seus estudantes em posição de vantagem.

Como consequências desses dois dias, o estudante José Guimarães, de vinte anos, foi morto e vários outros ficaram feridos. O prédio da FFCL ficou destruído, forçando os cursos a mudarem-se para a Cidade Universitária. Nesse campus, que se situa numa área afastada do centro da cidade, os prédios ficam fisicamente distantes, o que desarticulou muito o movimento estudantil dessa universidade.

O ano de 68 ainda teve mais um episódio importante causado por estudantes: o XXX Congresso da UNE, no Sítio Murundu, que fica a 22 quilômetros⁹ de distância de Ibiúna. A intenção era a de realizar o Congresso de forma anônima, visto que a UNE havia sido extinta pelos militares. No entanto, ao que tudo indica, as autoridades já sabiam do local e dia escolhidos pelos estudantes.

Olhando retrospectivamente, o XXX Congresso da UNE, mais do que um erro, foi um ato politicamente suicida. Não se conhece uma organização capaz de reunir cerca de mil pessoas clandestinamente. É evidente que a polícia descobriria. (VENTURA, 2008, p. 219)

Apesar da localização estratégica do Sítio, que propiciava uma possível fuga, e da antecedência com que os líderes estudantis foram avisados de que a polícia estava a caminho, não houve fugas. Agentes do DEOPS e aproximadamente quatrocentos soldados da Força Pública¹⁰ invadiram o sítio no dia 13 de outubro. Todos os participantes foram presos, totalizando cerca de 1600¹¹ pessoas, entre estudantes e alguns jornalistas que lá estavam para cobrir o Congresso. Como os principais líderes estudantis encontravam-se em Ibiúna e foram presos, o ME ficou desestruturado e sua força foi reduzida.

⁹ VENTURA, 2008, p. 212.

¹⁰ VENTURA, 2008, p. 219.

¹¹ VENTURA, 2008, p. 220.

Aproximadamente quinze dias antes da edição do AI-5, o governo decretou a Lei 5540, no dia 28 de novembro de 1968, regulamentando a Reforma Universitária. Esta reforma foi voltada, principalmente, ao atendimento das necessidades do mercado, a partir da produção de mão de obra qualificada, e a uma tentativa de desarticular os movimentos contrários ao regime, que tinham suas origens, em grande parte, no contexto universitário.

Nesse sentido, por exemplo, foi regulamentada a departamentalização, com a qual cada departamento passava a cuidar de um curso. Sendo assim, as unidades nas quais estavam os professores e nas quais os alunos se matriculavam por disciplinas ficaram isoladas umas das outras, contribuindo para essa pretendida despolitização¹².

2.2. 2. AI-5: A tigrada¹³ mostra as garras.

No dia 12 de dezembro, a Câmara dos Deputados anunciou que o pedido de licença, feito pelo governo, para processar Márcio Moreira Alves fora negado. Antes mesmo de saber desse resultado, Costa e Silva já tinha feito alguns esboços de um novo Ato Institucional, que deveria entrar em vigor no caso de uma derrota do pedido na Câmara.

Ainda nesse dia, porém no período da noite, foram baixadas duas ordens: uma censurando os meios de comunicação a divulgar o resultado da votação realizada na Câmara e outra que listava alguns nomes de deputados que deveriam ficar sob a vigilância da Polícia Federal, pois logo seriam presos.

Os militares não aceitaram a derrota de sua proposta e passaram a exigir uma resposta imediata do presidente. Se este não tomasse logo uma atitude, poderia até mesmo ser deposto, assim como ocorreu com Jango. Segundo Zuenir Ventura, “Costa e Silva não caiu porque durante a noite, de maneira velada ou explícita, vazou a única informação que poderia aplacar a voracidade dos radicais: o presidente estava decidido a capitular”.

Medidas de exceção faziam parte do ideário de muitos militares há um bom tempo e estava-se esperando apenas o momento oportuno, e um motivo que

¹² FERORDI, 2005, p. 31.

¹³ “Tigrada” é o modo como os militares da linha dura ficaram conhecidos.

pudesse ser o deflagrador de uma crise, para fazer com que essas medidas se materializassem sob a forma do Ato Institucional nº5.

No dia 13 de dezembro de 1968, às 17 horas, realizou-se a 43ª sessão do Conselho de Segurança Nacional, no Palácio das Laranjeiras, contando com 23 participantes, além do presidente.

Após um pronunciamento no qual Costa e Silva expôs que tentou promover a união da área política e da área militar, mas que neste momento precisaria tomar uma atitude que viesse a manter a Revolução ou esta se desagregaria¹⁴, o presidente se retirou da sala por vinte minutos para que os presentes pudessem ler o documento que estava dentro de pastas, uma para cada um. Tratava-se do novo Ato. Na verdade, esta reunião foi, na verdade, apenas figurativa já que o Conselho não possuía poder deliberativo. Portanto, encenou-se um espetáculo no qual só havia uma única intenção, desde o início: instaurar definitivamente uma ditadura no Brasil.

Assim que o presidente retornou à sala, o primeiro a ter a palavra foi o vice-presidente, Pedro Aleixo, que se declarou contrário à medida que havia sido proposta naquela reunião. Aleixo foi o único a fazê-lo e propôs a “suspensão da Constituição por intermédio do recurso do estado de sítio” (VENTURA, 2008, p. 242).

Em sua fala, Aleixo deixou claro seu descontentamento com relação ao Ato Institucional:

Acrescento, senhor presidente, que da leitura que fiz do Ato Institucional cheguei à sincera conclusão de que, o que menos se faz nele, é resguardar a Constituição [...]. Da Constituição, que é, antes de tudo, um instrumento de garantia dos direitos da pessoa humana e da garantia dos direitos políticos, não sobra, nos artigos posteriores, absolutamente nada que possa ser realmente parecido com uma caracterização do regime democrático. [...] Pelo Ato Institucional, o que me parece, adotado este caminho, é que estaremos com uma aparente ressalva da existência de vestígios dos poderes constitucionais decorrentes da Constituição de 24-1-67, e instituindo um processo equivalente a uma própria ditadura. (VENTURA, 2008, p. 242).

A exposição de Aleixo foi clara: deixou explícito que o AI-5 não faria outra coisa a não ser colocar o país sob uma ditadura pesada, na qual, obviamente, nenhum direito estaria resguardado. Contudo, ele fez uma ressalva: se o estado de sítio não bastasse para resolver o problema, “a própria nação [...] compreenderia a necessidade de outro procedimento” (GASPARI, 2002, p. 334). Portanto, mesmo

¹⁴ VENTURA, 2008, p. 241.

mostrando-se contra a medida, não descartou sua permanência no poder durante a vigência do Ato.

Apesar do Conselho não possuir poder deliberativo, nenhum dos participantes, excetuando o vice-presidente, manifestou desagrado com relação ao AI-5. Ao contrário, todos se mostraram extremamente satisfeitos com a decisão e fizeram questão de deixar explícito o seu apoio a este Ato, mesmo sabendo que ele “significava o início de uma ditadura explícita e declarada cujos efeitos eram óbvios” (VENTURA, 2008, p. 246). Fizeram-se apenas algumas sugestões que não chegavam a alterar em nada o conteúdo do documento.

Antonio Delfim Netto, ministro da Fazenda, além de aprovar a medida, ainda considerou que talvez ela não fosse suficiente:

“Estou plenamente de acordo com a proposição que está sendo analisada no Conselho. E se Vossa Excelência me permitisse, direi mesmo que creio que ela não é suficiente. Eu acredito que deveríamos atentar e deveríamos dar a Vossa Excelência a possibilidade de realizar certas mudanças constitucionais que são absolutamente necessárias para que este país possa realizar o seu desenvolvimento com maior rapidez”. (GASPARI, 2002, p. 336)

Emílio Garrastazu Médici, chefe do SNI, aprovou o Ato “com bastante satisfação” (GASPARI, 2002, p. 337).

Apesar da natureza ditatorial do documento, Zuenir Ventura mostra que:

(...) uma retórica de elipses e eufemismos produzia subversões semânticas capazes de colocar a palavra democracia – que estava sendo expulsa daquela mesa e do país – em quase todos os discursos, enquanto a ditadura, que se instaurava, era tratada como uma ausente distante. (VENTURA, 2008, p. 245)

O documento estabelecia o fechamento do Congresso por tempo indeterminado, as demissões sumárias, a cassação de mandatos, a suspensão do *habeas corpus* em casos de crimes políticos, a suspensão de direitos políticos, o confisco de bens. Até mesmo proibir alguém de exercer sua profissão estava regulamentado pelo Ato.

Jarbas Passarinho, ministro do Trabalho e Previdência Social, sugeriu a Costa e Silva que, se a ditadura era necessária naquele momento, o melhor a fazer seria mandar “Às favas, senhor presidente, todos os escrúpulos de consciência” (VENTURA, 2008, p. 248). O que ocorreu neste país após o AI-5 foi exatamente isso: autoridades políticas e militares, bem como forças policiais, ignoraram todos os escrúpulos de consciência. Estes agentes utilizaram livremente a tortura como um instrumento de manutenção do regime ditatorial que se instalou.

Com o apoio dos ministros e oficiais que ali se encontravam, a reunião se encerrou com a aprovação do Ato Institucional que colocou o país sob uma ditadura explícita por mais de uma década e que deixou engavetados os direitos dos cidadãos.

Desde o início do ano, a linha-dura já buscava esse Ato. Ele não foi consequência direta das manifestações populares e nem da ilusória idéia de salvar o país do terrorismo e do comunismo. Já em abril, havia rumores de que esse ato estava prestes a ser editado. No dia 2 de abril, na coluna do jornalista Castelinho, essa suspeita já era levantada:

O MDB examina informações, segundo as quais, desde a última terça-feira, isto é, antes dos acontecimentos desencadeados com a morte de um estudante no Rio de Janeiro, o governo contempla a hipótese de editar um novo Ato Institucional para impor medidas que não consegue ver aprovadas pelo Congresso. (VENTURA, 2008, p. 101)

Portanto, o AI-5 demorou a ser editado, mas já estava nos planos dos dirigentes do país há muito tempo. Se não foi editado antes, é porque ainda não havia necessidade política.

João Baptista Figueiredo expressou bem o que ocorreu no momento da edição do AI-5:

“A impressão que tenho é que cada um procura tirar o maior proveito possível do momento porque começam a perceber a quase-impossibilidade de uma saída honrosa para os destinos do país. [...] Os erros da Revolução foram se acumulando e agora só restou ao governo ‘partir para a ignorância’”. (GASPARI, 2002, p. 343)

E na “quase-impossibilidade de uma saída honrosa” para o país, tomou-se o caminho mais fácil e a saída menos honrosa: o caminho da repressão violenta, da censura, da tortura.

Logo após o AI-5 ser editado, jornais, e a imprensa como um todo, foram censurados. Artistas, estudantes e professores foram presos. O governo expulsou 66 professores universitários de seus cargos, incluindo Florestan Fernandes, Mário Schemberg, Fernando Henrique Cardoso, Caio Prado Júnior, Luiz Hildebrando Pereira da Silva e muitos outros. Aproximadamente 450 peças de teatro e 200 livros foram proibidos¹⁵.

O AI-5 abriu o caminho para a “tigrada”, apelido pelo qual eram conhecidos os oficiais responsáveis pela repressão, e deu-lhes total liberdade de ação, a partir da suspensão dos direitos constitucionais. A tortura passou a ser justificada como

¹⁵ Para os números, VENTURA, 2008, p. 250 e GASPARI, 2002, p. 342.

necessária, pois era o meio através do qual conseguiam-se informações que levariam ao fim do terrorismo e da ameaça comunista no Brasil.

De um lado, o governo negava a existência da tortura. Por outro, deixou os torturadores com carta branca para agirem do modo que julgassem mais conveniente aos seus propósitos. Dessa forma, eles obtiveram permissão para torturar seus presos, ficando longe de qualquer condenação. Tornam-se inimputáveis. Passaram a receber recompensas e medalhas por seus serviços prestados à Pátria, pelos quais se subentende prender e torturar cidadãos, com a maior “eficiência” possível.

Em julho de 69, o presidente Costa e Silva reuniu-se com seu vice, Pedro Aleixo, três ministros e três juristas, formando uma constituinte. A nova Constituição tornava indiretas as eleições para governadores e reduzia os poderes do Legislativo. Também possibilitava que o presidente suspendesse os dispositivos do AI-5. No entanto, seus ministros militares não concordaram com as medidas relativas ao Ato Institucional.

2.2. 3. A doença de Costa e Silva.

No dia 27 de agosto de 1969, uma crise se iniciou. Costa e Silva estava reunido com o governador de Goiás, Otávio Lage, quando perdeu sua capacidade de expressão por um tempo. Esse foi o primeiro sinal de um grave problema de saúde que o acometeu: uma isquemia cerebral.

No sábado, às 04 horas da madrugada, a isquemia do presidente chegou ao seu ápice, deixando-o sem fala e com o lado direito do corpo totalmente paralisado.

Até então, e ainda por mais algum tempo, noticiou-se nos meios de comunicação que o presidente estava gripado. Isso fazia parte de uma manobra política: o general Jayme Portella pretendia evitar que o vice-presidente assumisse o lugar de Costa e Silva. Queria também que quem ocupasse esse lugar, soubesse que o faria em caráter provisório e por isso manteve o presidente no Palácio das Laranjeiras.

2. 3. A Junta Militar provisória: na falta de um presidente, surgem três.

Portella encontrou uma solução para a crise: uma junta composta por três ministros deveria assumir a presidência. Seriam eles: o brigadeiro Márcio de Souza e Mello, o almirante Augusto Rademaker e o general Aurélio de Lyra Tavares. Os três militares aceitaram a proposta.

Um novo Ato Institucional, o de nº 12, foi escrito e baixado para que a Junta pudesse assumir seu lugar, contrariando a vontade do vice Pedro Aleixo que se mostrou preocupado com o “mal”¹⁶ que esse governo poderia causar ao país¹⁷.

Portella se beneficiou dessa situação: como ele era o único a visitar o presidente, além da família, continuou auxiliando nos serviços governamentais, acompanhando o trabalho da Junta e os despachos com os ministros.

A junta permaneceu no poder por pouco tempo, mas foi o suficiente para ter um grande problema a resolver. No dia 4 de setembro, membros da ALN, em parceria com a Dissidência Universitária sequestraram o embaixador americano Charles Burke Elbrick. Os seqüestradores deixaram um bilhete no carro de Elbrick no qual afirmavam que para que ele fosse solto, quinze militantes presos deveriam ser libertados. Além disso, o bilhete deveria ser lido nas principais emissoras do país, bem como publicado nos jornais. O prazo para o cumprimento das exigências era de 48 horas¹⁸. Pouco tempo após esse pedido, o manifesto dos militantes foi divulgado em emissoras de rádio e televisão. No dia 05, os quinze presos políticos foram soltos e levados de avião à Cidade do México.

Essa foi a primeira ação deste tipo feita pela esquerda: sequestrar uma personalidade em troca da libertação de presos. O sequestro pareceu refletir a força dos grupos de esquerda, que no próprio manifesto lido nos meios de comunicação alertaram aos torturadores: “Quem prosseguir torturando, espancando e matando, ponha as barbas de molho. Agora é olho por olho, dente por dente”¹⁹. No entanto, o que se assistiu nos anos seguintes foi à crise das organizações armadas, que foram violentamente reprimidas, e o aumento espantoso dos casos de tortura. Durante

¹⁶ GASPARI, 2004, p. 85.

¹⁷ Uma descrição mais completa sobre a isquemia cerebral de Costa e Silva e a escolha da Junta pode ser encontrada no livro “A Ditadura Escancarada” (2004), de Elio Gaspari, que serviu de base para o breve relato aqui apresentado.

¹⁸ GASPARI, 2004, p. 89.

¹⁹ GASPARI, 2004, p. 100.

1969, a esquerda tentou resistir e esse foi o único ano em que o número de militantes mortos foi igual ao de policiais²⁰.

Num curto período de tempo, a ALN sofreu uma forte represália, na qual diversos militantes, incluindo aqueles que participaram do sequestro do embaixador, foram presos. As prisões estenderam-se também sobre a Dissidência Universitária. O comandante do sequestro, Virgílio Gomes da Silva, de 36 anos, da ALN, foi morto e seu corpo desapareceu.

No dia 29 de setembro, uma reunião do Alto-Comando do Exército colocou fim definitivo ao governo de Costa e Silva devido ao seu quadro, que não apresentara melhoras, e tornou-se necessário escolher um novo presidente militar. O Alto-Comando passou a confabular em torno de quem poderia ser o candidato. Deveria ser um general de quatro estrelas. Havia onze generais que obedeciam a esse critério. O escolhido deveria agradar tanto aos opositoristas quanto aos favoráveis ao governo anterior. Todos os onze possíveis candidatos foram analisados e o que pareceu a opção mais estratégica foi Emílio Garrastazu Médici, o comandante do III Exército, que também já havia sido chefe do SNI.

O general Portella havia feito essa previsão, mas a diferença é que pretendia que Médici assumisse o cargo até o final do governo Costa e Silva, ou seja, dia 15 de março de 1971, e o Alto-Comando decidiu que ele governaria por quatro anos.

No dia 30 de outubro, Emílio Garrastazu Médici assumiu a Presidência. O almirante Augusto Rademaker era seu vice. Entre sua equipe no comando de Ministérios estavam o general Orlando Geisel, no Exército, o coronel Jarbas Passarinho, como ministro da Educação e Cultura e o general João Batista Figueiredo, no Gabinete Militar.

2.4. O Governo Médici: O Brasil está botando Pra quebrá²¹.

E, por dois motivos distintos, mas simultâneos, o Brasil, e o governo militar, botaram para quebrar. O primeiro motivo corresponde ao chamado “Milagre

²⁰ GASPARI, 2004, p. 101.

²¹ O trecho “O Brasil está botando/ Pra quebrá” é parte de um verso nacionalista cantado durante o governo Médici.

Econômico”, período no qual a economia brasileira alcançou índices expressivos de crescimento, catapultando o Brasil à posição de décima economia mundial²².

O jornalista Elio Gaspari retrata, em seu livro “A Ditadura Escancarada” (2004), as grandes obras realizadas no período:

O governo festejava o progresso associando-o ao imaginário do impávido colosso, gigante pela própria natureza. Potência nuclear? O Ministério de Minas e Energia revelara a descoberta de excepcionais jazidas de urânio no Nordeste e anunciara a compra de uma usina atômica, a ser montada em Angra dos Reis. Integração Nacional? Medici determinara a construção da rodovia Transamazônica, que rasgaria 2280 quilômetros de mata tropical, ligando o Maranhão ao Acre. Gigante soberano? Estendeu-se a duzentas milhas da costa o limite das águas territoriais brasileiras. Tecnologia nacional? A Embraer recebera 230 milhões de dólares para fabricar o primeiro jato brasileiro. Obras históricas? Acelerou-se a abertura dos metrô do Rio de Janeiro e de São Paulo, e anunciou-se o início da construção da ponte que atravessaria a baía de Guanabara, ligando a praia do Caju a Niterói. (GASPARI, 2004, p. 209)

Um sentimento de patriotismo começou a ser incentivado nos meios de comunicação, a pedido do governo, através de slogans como “Brasil, ame-o ou deixe-o”, “Brasil grande”, “O Brasil é feito por nós” ou ainda “Este é um país que vai pra frente”. Sob a censura, a imprensa não podia noticiar os fatos relacionados à repressão política, mas fazia intensa divulgação desse tipo de propaganda nacionalista. Como o governo não podia se defender das críticas sobre o seu autoritarismo que lhe eram feitas no exterior, optou por investir em uma campanha nacionalista que, aliada aos índices de desenvolvimento da economia, conquistaria o apoio da população ao regime e atribuiria a tortura a uma suposta campanha difamatória contra o governo²³.

Em janeiro de 1969, Carlos Castelo Branco denunciou o uso que os governos autoritários pretendiam fazer das propagandas, no sentido de utilizá-las para manipular a opinião popular, quando afirmou que “as ditaduras querem a propaganda para substituir a informação e impor uma reação uniforme às medidas governamentais”. Foi isso o que ocorreu no Brasil: com a censura, escondiam-se da população os acontecimentos que mostravam a violência do regime e com as propagandas patrióticas, não havia espaço para quaisquer sinais de fragilidade do Estado.

Houve também outro aspecto em que o Brasil botou para quebrar: a repressão. O AI-5 trouxe liberdade de ação aos militares. O governo de Médici

²² GASPARI, 2004, p. 208.

²³ ABREU, 2001, v. 3, p.3686.

caracterizou-se por uma extrema violência. A tortura e a censura efetivaram-se como sustentáculos do regime. O presidente avisou a um ministro: “Eu posso. Eu tenho o AI-5 nas mãos e, com ele, posso tudo”²⁴. No discurso feito após assumir a Presidência, divulgado nos meios de comunicação, Médici já avisava: “Quem semear a violência colherá fatalmente a violência”²⁵. É claro que esse aviso era unidirecional, pois contra aqueles que torturaram e mataram nos porões das delegacias e quartéis, nada foi feito. A violência citada por Médici, que seria utilizada na repressão, dirigiu-se especificamente aos civis, aos cidadãos, àqueles considerados subversivos.

Não é por acaso que essa época – início dos anos 70 – em que mais se tortura, mais se perseguem opositores, mais se sequestra, mais se assassina, é também a época do “milagre brasileiro”, quando se vende a imagem da “ilha da tranquilidade”, de “progresso”, de “bem-estar”, de “euforia”. Este é um lugar extremamente atraente para o capital monopolista internacional, vencedor em nosso país com o golpe de 1964. Vive-se um clima de ufanismo, com a construção de obras faraônicas, enquanto a classe média, aproveitando-se das sobras do “milagre”, vai alegre ascendendo socialmente. (COIMBRA, 1997, p. 424 - 425)

E em meio ao Milagre Brasileiro, a essa “ilha de tranquilidade” supostamente vivida, mas amplamente divulgada, prendia-se, torturava-se, matava-se. O governo agia em duas direções: em uma, tratava de engrandecer os feitos nacionais e produzir uma imagem de harmonia social e força econômica. Na outra direção, ampliou e fortaleceu a repressão a todos aqueles que pudessem desconfiar dessa imagem divulgada oficialmente.

Além do AI-5, o governo lançou mão de outros dispositivos para intensificar a repressão. Um exemplo é o Decreto-Lei nº 477/69, que tratava da demissão ou dispensa de professores e do desligamento de alunos da instituição escolar quando estes participassem de atividades políticas ilegais. Devido a esse Decreto, a movimentação estudantil, bem como a atuação dos professores na luta contra a ditadura, tornou-se reduzida. Segundo os dados fornecidos por Jarbas Passarinho, aproximadamente 250 pessoas teriam sofrido as consequências desse Decreto. No entanto, este número pode ser ainda maior:

Acusado mais tarde pelo *Jornal do Brasil* de ter utilizado o Decreto nº 477 para punir mais de quinhentas pessoas durante sua gestão no Ministério da Educação, Passarinho assegurou que, de acordo com os dados da Divisão de Segurança e Informação do Ministério, no final de fevereiro de 1974 o

²⁴ GASPARI, 2004, p. 129.

²⁵ GASPARI, 2004, p. 123.

número de pessoas atingidas somava 253, das quais 38 entre 1970 e 1973, período em que foi ministro. (ABREU, 2001, v. 4, p. 4442)

A grande participação de estudantes e professores, principalmente universitários, em movimentos contrários ao regime fez com que o olhar dos órgãos de repressão do governo estivesse sempre atento para esses setores. O fechamento da União Nacional dos Estudantes – UNE, em 1964, e o Decreto nº 477/69 são duas evidências disso. O governo percebeu que os setores mais intelectualizados, que tinham maior acesso ao conhecimento e possuíam um pensamento crítico, devido aos seus estudos, eram responsáveis por uma forte oposição ideológica ao regime. Essas pessoas poderiam também tornar-se divulgadoras dessa oposição, visto que participavam de ambientes sociais, como a universidade e a escola, nos quais a reflexão crítica ocorria intensamente.

No dia 8 de outubro de 1969, um dia após a posse de Médici, realizou-se um dos mais deploráveis e ignominiosos episódios do período ditatorial. Dessa vez, o local da cena foi a 1ª Companhia da PE. Oficiais do Exército passaram-se por professores. A matéria a ser ensinada: como torturar. Para essa lição, os oficiais utilizaram dez presos políticos, sendo que seis deles pertenciam ao Colina, para fazer as demonstrações de métodos e técnicas.

Os rapazes foram levados a um salão, no qual havia aproximadamente cem “alunos”: eram oficiais e sargentos das Forças Armadas. Quem comandou a aula foi o tenente Ailton Joaquim, de 27 anos. Os rapazes foram colocados em um palco e foram obrigados a tirar a roupa, permanecendo apenas com a cueca.

O tenente Ailton anunciou: “Agora vamos dar a vocês uma demonstração do que se faz clandestinamente no país”²⁶ e iniciou a demonstração mostrando slides com imagens de tipos de tortura. Após essa primeira parte, teórica, partiu-se para a prática: os presos começaram a ser torturados. Em cada um deles aplicou-se um tipo de tortura, enquanto faziam-se explicações sobre a funcionalidade e sobre como melhorar a eficiência do ato.

A tortura já estava em prática havia bastante tempo, desde o início do regime, mas a aula veio como que uma confirmação: o AI-5 abriu caminho para essa prática sem que houvesse preocupação, por parte dos torturadores, em sofrerem punições e agora, além de torturar, ensinava-se a fazê-lo da melhor maneira, ou seja, aumentando ao máximo o sofrimento do preso para conseguir mais informações.

²⁶ GASPARI, 2002, p. 360.

Em 1970, o ministro Jarbas Passarinho concluiu a reforma universitária, que havia sido iniciada em 1968. O ensino médio também foi reformado, através da Lei nº 5.692/71, passando a oferecer a profissionalização a todos os alunos e a adaptar os conteúdos a serem ensinados, visando a uma adequação ao mercado de trabalho²⁷.

Pouco tempo após Médici assumir a presidência, as organizações armadas, aquelas que sonhavam em construir guerrilhas urbanas e posteriormente levá-las para o campo, a fim de chegar a uma grande revolução nacional, foram extintas. Seus principais líderes foram violentamente mortos. Grande parte dos militantes foi presa, torturada e alguns, mortos. Outra parte conseguiu exílio em outros países, onde sonhavam em retornar ao Brasil para continuar a guerrilha. Alguns poucos permaneciam no país, completamente desmobilizados, sem contatos, sem planos, sem nada. Ainda assim a máquina da repressão continuava. Portanto, a idéia criada para justificar a tortura, que se baseava em seu uso como instrumento contra a violência e a subversão e que indicava que se esses perigos tivessem cessado, a tortura acabaria, caiu por terra. Mesmo após o declínio das organizações armadas, continuou-se torturando.

O líder da Aliança Libertadora Nacional - ALN, Carlos Marighella, foi morto na noite de 4 de novembro de 1969. Ele dirigiu-se a um “ponto” combinado com outro militante, como sempre fazia. Só não sabia que o delegado Sérgio Fleury, símbolo da violência da repressão, e sua equipe, composta por 29 agentes, esperavam-no na Alameda Casa Branca, onde ocorreria o encontro. Marighella chegou ao local em torno das vinte horas daquela noite.

Para Marighella, tudo parecia normal enquanto caminhava lentamente em direção ao carro – até estourar a fuzilaria. O primeiro tiro que o atingiu atravessou as suas nádegas; o segundo, acertou-lhe a virilha; o terceiro, feriu de raspão o seu rosto. Caído no meio da rua, imobilizado pelos ferimentos, foi cercado e executado à queima-roupa com um quarto tiro. Em um reflexo defensivo, elevou a mão e teve um dos dedos estraçalhado pela bala que lhe perfurou o pulmão e a aorta, provocando-lhe hemorragia interna e morte instantânea. (SACCHETTA, CAMARGOS, MARINGONI, 1999, p. 59).

A morte de Marighella foi uma das mais desejadas, pelos oficiais, no período. O sociólogo Florestan Fernandes afirmou, a respeito dessa busca implacável pelo militante: “Ele foi perseguido como a caça mais cobiçada e condenado à morte cívica, à eliminação da memória coletiva” (SACCHETTA; CAMARGOS;

²⁷ ABREU, 2001, v. 4, p. 4442.

MARINGONI, 1999, p. 58). O delegado Fleury e sua equipe tinham completo controle da rua em que ele estava e os tiros que dispararam já o haviam imobilizado. Mesmo assim, um último tiro foi disparado contra ele, a curta distância, matando-o no local.

Após a morte de Marighella, o alvo mais buscado passou a ser Carlos Lamarca, da Vanguarda Popular Revolucionária, a VPR. Após prender um militante, em Salvador, a equipe do DOI descobriu informações sobre um aparelho e a partir disso encontraram e mataram Lara Lavelberg, a mulher de Lamarca, juntamente com outros militantes. Após descobrir o esconderijo de Lamarca, a equipe do major Nilton de Albuquerque Cerqueira, que comandava o DOI de Salvador, passou a persegui-lo. Após vinte dias de fuga, já doente, Lamarca precisava ser carregado nas costas por seu companheiro *Zequinha*. No dia 17 de setembro de 1971, a equipe os encontrou, enquanto descansavam sob a sombra de uma árvore. Lamarca, ou *Cirilo*, como era chamado na época, foi morto com sete tiros. Zequinha também morreu. Após mortos, os dois foram levados a Brotas, onde receberam chutes de oficiais. Nesse caso, a morte não bastou. Foi preciso ainda violentar os cadáveres. Com Lamarca e Marighella mortos, as organizações armadas desintegradas, a tortura continuava soberana. Muitas outras pessoas ainda foram presas e submetidas aos suplícios do porão.

O que ocorreu com esses dois líderes é indicativo de uma característica que passou a prevalecer após 1969: prender e torturar não bastava. Matar seria a preferência da tigrada a partir de então. Essa era a nova ordem, a nova direção que os órgãos de repressão passaram a seguir. O delegado Fleury e uma equipe compunham o chamado Esquadrão da Morte. Em um cemitério localizado em Perus, Fleury contava com uma vala para seus mortos. Cerca de 25 pessoas, presas com vida e mortas sob o comando do delegado, foram enterradas nela, entre 1971 e 1973; algumas delas, com nomes falsos²⁸. O jornalista Elio Gaspari aponta dados assustadores: em menos de um ano, no período que vai de dezembro de 1972 até outubro de 1973, 43 pessoas foram mortas na repressão²⁹.

Sob o comando do CIE, a máquina de repressão do governo reorientara-se na direção do extermínio. Estavam esquecidos os costumes de 1969, quando, mesmo havendo tortura e assassinatos, todos os dez terroristas que jogaram um caminhão-bomba contra o QG do II Exército sobreviveram à captura. A partir do segundo semestre de 1970 ocorre uma mudança

²⁸ GASPARI, 2004, p. 389.

²⁹ GASPARI, 2004, p. 389.

gradual em seu comportamento. Em 1971, prevalece o extermínio. (GASPARI, 2004, p. 380)

Como é possível perceber ao analisar obras referentes ao período, a fase anterior a 1969, principalmente o ano de 1968, caracterizou-se por manifestações ocorridas na ruas, como protestos e passeatas. As greves também fizeram parte desse período. Após 69, a esquerda toma outro campo: o da guerrilha, o da luta armada. Essa foi a opção política feita e vários grupos esquerdistas fizeram tentativas de criar uma resistência à ditadura por meio da guerrilha. Alguns focos guerrilheiros chegaram mesmo a existir, como na região do Araguaia e em Caparaó, por exemplo, porém foram derrotados pela repressão. Assim como o movimento da esquerda, a ação dos militares e dos agentes responsáveis pela repressão também se alterou. No início do regime militar, logo após o Golpe de 64 e ainda durante alguns anos, a postura era a de combater a chamada subversão por meio de prisões. Enquanto estavam detidos, os presos eram torturados para servir de fonte de informações. Após 1969, uma nova postura começou a se delinear: a tortura era praticada não apenas para conseguir informações. Os agentes repressores tornaram-se cada vez mais agressivos e peritos em produzir sofrimento através da dor física e da humilhação moral. Além da intensificação das torturas, que chegaram até mesmo a ser denunciadas no exterior, a prisão deixou de ser o destino final dos criminosos políticos. O que passou a ser destinado a eles foi a própria morte.

Em 1971, o general Humberto de Souza Mello tornou-se o comandante do II Exército e o general Vicente de Paulo Dale Coutinho faz um relato a respeito de suas ordens nesse período, como chefe dessa tropa: “Quando começou o comando do Humberto, começou a diminuir o terror, porque a ordem dele era matar. A ordem dele era matar”³⁰. Esse direcionamento, que não foi exclusivo do comandante Humberto, fora justificado pelo presidente Médici: matar os terroristas, que fazia cair o número de presos políticos, diminuía o poder dos militantes soltos, que costumavam pedir a libertação de presos quando faziam ações como o sequestro de personalidades³¹.

O governo do general Médici foi caracterizado como o mais violento do regime autoritário implantado no país a partir do golpe de 1964. O Brasil ainda viveria sob o comando de mais dois militares antes de voltar às vias democráticas. O

³⁰ GASPARI, 2004, p. 380.

³¹ GASPARI, 2004, p. 382.

general Ernesto Geisel, que assumiu a presidência em 1974, iniciou um período de abertura política lento. No seu governo, já não havia mais o “Milagre Econômico”. O AI-5 ainda perduraria até 1978. O general João Baptista Figueiredo assume o poder em 1979 e nele permanece até 1985. Somente em seu governo, os partidos políticos podem voltar a existir, com o fim do bipartidarismo. Os presos políticos, bem como os oficiais e policiais que participaram da repressão, são anistiados. Torturados e torturadores têm seus crimes perdoados. O descontentamento popular cresce, visto que os índices de inflação são cada vez mais altos. A linha-dura, não satisfeita com essa abertura política parcial, continua praticando atos terroristas, assim como fazia no início do regime. No entanto, a ditadura tornou-se insustentável e acabou após o movimento das “Diretas Já”, iniciado ainda durante o governo Figueiredo.

Durante o período do regime militar, a opinião pública alterou-se diversas vezes. A classe média, que no início do regime apoiou-o, acabou chocando-se com a violência cometida contra os estudantes em suas manifestações de desaprovação ao regime e depois passou por um período de grande euforia, nos anos do Milagre Econômico. Dos estudantes, operários, artistas e intelectuais, que no início do regime lutaram bravamente contra a ditadura que se impusera, alguns persistiram na luta, outros foram desmotivados pela repressão a que foram submetidos. Aqueles que persistiram na batalha começaram, em sua grande maioria, a fazê-lo a partir do movimento armado. Foram violentamente reprimidos: foram presos e torturados, foram mortos e seus corpos desapareceram. Mas, o sonho que os movia e que os fazia persistir na luta era o fim da ditadura. A democracia fora esquecida pelo Estado com o Golpe de 1964, e ano após ano, decreto após decreto, Ato após Ato, tornou-se mais uma exilada: aqui não havia espaço para ela, na ideologia ditatorial. No entanto, na memória de muitos brasileiros, ela nunca perdeu seu espaço e continuou fazendo parte de seus sonhos, até que, finalmente, voltou de seu exílio.

3. ANÁLISE DE CASOS DE PROFESSORES INVESTIGADOS PELO DEOPS/SP.

“Na sala de aula, o professor precisa ser um cidadão e um ser humano rebelde.”
(Florestan Fernandes)

Para realizar esta análise, foram estabelecidos alguns critérios de seleção. Foram encontrados diversos prontuários e dossiês relativos à professores. Os dossiês, em alguns casos, referem-se a sindicatos ou associações de professores e, por isso, apresentam um grande número de documentos, com muitos nomes de suspeitos citados. Para realizar a análise destes dossiês, seria necessário um trabalho mais extensivo, a partir da pesquisa em todas as pastas que os compõem.

Neste trabalho, optou-se por não abordar esses casos relativos a associações, exatamente por sua complexidade, o que demandaria mais tempo de pesquisa.

Entre os prontuários encontrados que contêm documentos relativos ao recorte do período aqui estabelecido, optou-se por analisar apenas os casos de professores não-universitários. Este trabalho visa, entre outros objetivos, revelar casos de professores que lutaram pela redemocratização do país e que ainda não são conhecidos, ou que não foram muito divulgados.

O envolvimento de professores universitários na luta contra a ditadura e as consequências que estes sofreram já são, em grande parte dos casos, de conhecimento do público. Portanto, nesta pesquisa, optou-se por analisar alguns casos de professores que lecionavam em escolas de primeiro ou segundo grau ou ainda os que davam aulas particulares.

Entres estes, foi possível estabelecer categorias de análise, visto que alguns se envolveram de fato com organizações guerrilheiras. Outros foram acusados de crimes cometidos dentro da própria sala de aula ou da escola, como a divulgação de material subversivo ou mesmo de idéias subversivas. Há ainda casos nos quais não há, nos prontuários, referência direta às provas constituídas para a acusação de um crime.

Entre os dossiês, o mesmo critério foi utilizado: os documentos que tratam de professores universitários não serão abordados, bem como aqueles que se referem a associações ou sindicatos de professores.

Os casos selecionados serão analisados a seguir.

3. 1. Professores acusados de crime político devido à sua atividade na sala de aula e/ou escola:

Neste tópico serão tratados os documentos relativos a professores que foram suspeitos de crimes políticos devido à sua atuação direta ligada ao ensino. Nesses casos, o que fica evidente é o poder decorrente das idéias: um professor, justamente por trabalhar com idéias, pode influenciar seus alunos ao comunismo e à subversão, através da “doutrinação ideológica”.

Na Pasta 72, do Dossiê 50-Z-009, há diversas notícias de jornais que tratam da prisão de professores, a maioria universitários. Uma dessas notícias, intitulada “Terror derrotado no Paraná: 5ª RM divulga nota oficial”, do jornal “Cidade de Santos”, cita uma professora de segunda série, acusada exatamente de doutrinação comunista. A reportagem traz mais um indiciado, Luis André Favero, ex-presidente da União Gaucha dos Estudantes Secundários, marido desta professora, e que a auxiliava nas aulas:

Clari Izavel Favero (codinome Tereza), esposa de Luis André e professora do Ginásio Estadual Jorge Nacli, onde, através de suas aulas, já iniciava a sua nefanda propaganda e doutrinação extremista, visando crianças da 1ª e 2ª série ginasial. Juntamente com seu esposo, Luiz André, lecionava na fazenda S. Jorge, onde ensinou às crianças Canções de cunho subversivo para serem cantadas no Dia das Mães³².

Nesse caso, não há mais documentos que apresentem provas concretas da doutrinação que seria realizada por esta professora. Nem mesmo a letra das canções subversivas citadas nessa notícia consta no dossiê. Uma característica que aparece nessa notícia, e em muitas outras, é a de utilizar adjetivos, como por exemplo “nefanda”, que desqualifiquem a ação cometida, no intuito de intensificar o crime.

³² Notícia do jornal “Cidade de Santos”. 27 de maio de 1970, fls. 217. Dossiê 50-Z-009/Pasta 72. DEOPS/SP, DAESP.

O Dossiê 50-Z-75 também traz um caso deste tipo. A acusada é Ada Natal Rodrigues, nascida em 19 de fevereiro de 1930, filha de Eulógio Natal e Guiomar Natal, professora secundária. Ada lecionava português no Instituto Estadual de Educação Padre Manoel da Nóbrega. Ela é acusada de disseminar idéias subversivas em sua atuação profissional. Há outros professores acusados neste Relatório, mas o documento dá um enfoque especial a Ada, considerada a líder do movimento que agitava a vida escolar do Instituto.

6) Acontece que a prof. Ada pela sua rapidez de reflexão e outros dotes de ordem intelectual, não deixava facilmente transparecer o seu verdadeiro propósito.

8) O que ora se salienta a respeito dessa professora pode ter como ponto de referência a sua conduta diante de fatos que se enumeraram no educandário: dia do sepultamento de um estudante morto, quando do conflito de alunos do Mackenzie e da Faculdade de Filosofia; pichação das salas de aula; distribuição panfletária e criação de um grêmio estudantil, em todas essas oportunidades Ada despontou como elemento de comando.

9) (...) foi proposta a sua demissão, com fundamento no AI5, e legislação complementar aplicável à matéria³³.

A professora Ada negou ter cometido essas infrações.

O que se destaca nesse Relatório é a acusação de que Ada conseguia doutrinar os alunos devido à sua capacidade intelectual. Aqui fica explícito o poder que era atribuído ao trabalho intelectual exercido por professores. Como o trabalho destes consiste em ensinar, acreditava-se que a manipulação de idéias e pensamentos ocorreria facilmente, em decorrência de uma suposta superioridade intelectual.

Esse relatório aponta algumas provas que poderiam ser usadas contra Ada, como a pichação de salas e a distribuição de panfletos. No entanto, não há esclarecimentos sobre o nível de envolvimento de Ada nessas ações.

O Dossiê 50-H-67/Pasta 02 tem ligação com o caso da professora Ada, visto que contém documentos que fazem referência a testemunhas que deram seus depoimentos para esclarecer este caso. Entre essas testemunhas, está José Domingos Antonio Tancrede (ou José Tancrede). O documento que se refere a seu testemunho informa que:

Segundo relatório reservado, aqui arquivado, cientifica-nos de que no “Instituto Estadual de Ensino Padre Manoel da Nóbrega” sito à rua Reimis no bairro da Casa Verde, teve suas salas de aulas e os muros externos totalmente pichados com vários “slogans”, entre os quais os seguintes: “Abaixo a ditadura”, “A UNE é nossa” e “Fora com o governo imperialista”, ficando constatado também que no referido colégio reina certa

³³ Relatório – Inq. Nº 21/69. São Paulo, 30 de março de 1970, fls. 292 e 293. Dossiê 50-Z-75, Docs. 01-154. DEOPS/SP, DAESP.

intranquilidade a qual atingiu maiores proporções quando a Catedrática de Português professora Ada Natal Rodrigues, reassumiu as suas funções, e que na ocasião dos fatos o diretor do referido Estabelecimento de Ensino, o qual procurava por panos quentes na questão era o prof. José Domingos Antônio Tancrede³⁴.

Nesse documento, novamente não é indicado o nível de participação de Ada nos acontecimentos ocorridos na escola. Não fica claro se ela iniciou os movimentos ou se apenas foi uma das participantes. No que se refere aos panfletos distribuídos, por exemplo, não se sabe se Ada os distribuiu ou se os escreveu. Também quanto às pichações no muro, Ada pode ter instigado os alunos a picharem, poderia ter ela própria pichado ou nem sequer ter participado efetivamente desse ocorrido.

Beatriz de Mello Sylos, professora de Trabalhos Manuais e Economia Domésticas, deu aulas durante quinze anos no Instituto Estadual de Ensino Padre Manoel da Nóbrega. Na época em que foi chamada para depor no caso de Ada, era diretora do “segundo Ginásio de Santana”. Em seu depoimento consta que:

A epigrafada lembra-se de ter ouvido a leitura de uma Ata a respeito de uma reunião da “Congregação dos Professores”, na qual a professora Ada Natal Rodrigues não se lembrava de ter dado “Viva a Cuba” no início de suas aulas, mas se preciso fosse ela daria. Por comentários de terceiros soube também que a referida professora andava agitando o meio estudantil, soube também da pichação do referido Instituto³⁵.

Aqui aparece como uma prova um “Viva a Cuba” que Ada não chegou a pronunciar, mas disse que poderia fazê-lo. Portanto, o que está em questão é o pensamento de Ada a respeito de Cuba e, conseqüentemente, do comunismo.

O Dossiê 50-H-67/Pasta 02 traz mais um caso de uma professora que foi presa devido a seus ensinamentos considerados subversivos:

Maria Aramyz Medeiros
Conforme Carta Mensal nº3, em 13/12/69, agentes da Polícia Federal estiveram em Barretos, onde detiveram vários professores do Ginásio Vocacional local, por ministrarem ensinamentos de caráter subversivo, inclusive Maria Aramyz Medeiros. Os presos foram encaminhados para a unidade militar sediada em Campinas³⁶.

Esse é outro caso em que não há provas constituídas contra a acusada. É importante ressaltar que possivelmente essas provas, ou até mesmo um inquérito policial referente a este e a outros casos podem aparecer em prontuários específicos

³⁴ Documento do SI. São Paulo, 20 de maio de 1970, fls.116. Dossiê 50-H-67/Pasta 02. DEOPS/SP, DAESP.

³⁵ Documento do SI. São Paulo, 20 de maio de 1970, fls. 114. Dossiê 50-H-67/Pasta 02. DEOPS/SP, DAESP.

³⁶ Documento originado na Del. Especializada de Ordem Política e Social - SI. São Paulo, 20 de maio de 1970, fls. 124. Dossiê 50-H-67/Pasta 02. DEOPS/SP, DAESP.

ou fragmentados em diversos dossiês. No entanto, esses materiais não foram localizados durante esta pesquisa.

3. 2. Professores militantes: a participação em organizações de esquerda.

Grande parte dos documentos encontrados no material do DEOPS/SP para esta pesquisa refere-se a professores que participaram diretamente de movimentos ou organizações armadas, que lutavam contra o regime ditatorial imposto pelo Golpe de 64.

No entanto, em alguns casos os documentos fornecem poucos dados referentes a essa participação e não possibilitam a construção de um quadro acerca do trabalho desenvolvido pelo militante.

O prontuário mais completo que foi encontrado sobre um professor que militou em uma organização, a Ação Popular - AP, é o de nº 146.420, referente a Luiz Marcos de Magalhães Gomes, e apresenta documentos que permitem fazer uma espécie de reconstituição de sua atuação.

Luiz Marcos de Magalhães Gomes, cujo apelido era “Chico”, foi preso no dia 10 de dezembro de 1969, para legitimação, acusado de subversão, ou seja, infração à Lei de Segurança Nacional. Ele nasceu em Belo Horizonte – MG, no dia 06 de julho de 1945. Seus pais são Francisco de Assis Magalhães Gomes e Maria Clara Bircheill Magalhães Gomes.

O documento mais antigo em seu prontuário data de 10 de dezembro de 1969 e trata-se de uma Anotação para o Prontuário informando que naquela data Luiz Marcos fora recolhido “à disposição da Delegacia de Ordem Social” devido a porte de material considerado subversivo³⁷.

No dia seguinte, ou seja, 11 de dezembro de 1969, foi realizada a sua identificação. Nessa ocasião, Luiz Marcos “Declarou nunca ter sido preso ou processado. Declarou não possuir cédula de identidade. Foi identificado nos termos do decreto, 11.285”³⁸.

³⁷ Anotação para o prontuário. São Paulo, 10 de dezembro de 1969. Pront. 146.420 – Luiz Marcos de Magalhães Gomes. DEOPS/SP, DAESP.

³⁸ Ficha do Serviço de Identificação. 11 de dezembro de 1969. Pront. 146.420 – Luiz Marcos de Magalhães Gomes. DEOPS/SP, DAESP.

Uma outra ficha de identificação, datada de 21 de julho de 1970, indica o local em que ocorreu a infração, sendo este a Avenida do Estado, no dia 10 de dezembro de 1969, em torno das 22 horas. Luiz Marcos encontrava-se em companhia de Marcelo Hugo de Medeiros³⁹.

Uma Anotação para Prontuário mostra que a remoção de Luiz Marcos ocorreu no dia 22 de janeiro de 1970⁴⁰. Instaurou-se um Inquérito Policial por “‘Infração ao disposto no artigo 45 do Decreto-Lei nº 898 de 29 de Setembro de 1969’ (Atual Lei de Segurança Nacional)”. Além de Luiz Marcos, Marcelo Hugo de Medeiros também foi indiciado⁴¹.

Uma portaria da Dependência Delegacia Especializada de Ordem Social – DOPS⁴², assinada por Edsel Magnotti, Delegado de Polícia Adjunto À Especializada de Ordem Social do DOPS, detalha as medidas a serem tomadas:

Chegando ao meu conhecimento que agentes policiais da RONE, no dia 10 de dezembro do corrente, por volta de 22:00 horas, na Avenida do Estado, nesta Capital, encontraram em poder de Luiz Marcos Magalhães Gomes, documentos datilografados e manuscritos de conteúdo inequivocamente subversivos, o que permite seu enquadramento no disposto no artigo 45 do Decreto-Lei nº898 de setembro de 1969 (atualmente Lei de Segurança Nacional), DETERMINO que a respeito se instaure o competente Inquérito Policial:

I – Juntando-se, desde logo aos autos:

- a) – a Portaria do Departamento de Polícia Federal de São Paulo que delega a este DOPS a consecução e presidência de procedimentos policiais alusivos aos fatos típicos previstos na Lei de Segurança Nacional;
- b) – O Boletim de Ocorrência a respeito, elaborado pelo Plantão Policial deste Departamento.

II – Apreendendo-se, através de auto próprio, o material subversivo encontrado em poder de Luiz Marcos Magalhães Gomes.

III – Qualificando-se, interrogando-se e identificando-se Luiz Marcos Magalhães Gomes, colhendo-se informações sobre sua vida pregressa.

IV – Colhendo-se os depoimentos dos agentes da RONE que primeiramente tomaram ciência do ocorrido.

AUTUADA a presente, retornem-no conclusos os autos para deliberações outras⁴³.

Luiz Marcos foi interrogado no dia 21 de janeiro de 1970, em SP, na Delegacia Especializada de ORDEM SOCIAL do Departamento de Ordem Política e

³⁹ Ficha de Identificação. 21 de julho de 1970. Pront. 146.420 – Luiz Marcos de Magalhães Gomes. DEOPS/SP, DAESP.

⁴⁰ Anotação para Prontuário. São Paulo, 22 de janeiro de 1970. Pront. 146.420 – Luiz Marcos de Magalhães Gomes. DEOPS/SP, DAESP.

⁴¹ Autos de Inquérito Policial. São Paulo, 11 de dezembro de 1969. Pront. 146.420 – Luiz Marcos de Magalhães Gomes. DEOPS/SP, DAESP.

⁴² O termo DOPS foi utilizado neste trecho do trabalho pois é desta forma que ele aparece no documento citado.

⁴³ Portaria. São Paulo, 11 de dezembro de 1969. Pront. 146.420 – Luiz Marcos de Magalhães Gomes. DEOPS/SP, DAESP.

Social. Em seu Auto de Qualificação e Interrogatório, consta que “Chico” declarou ser professor e dar aulas particulares em um cursinho desde 1968.

Ele participava da Ação Popular – AP, e muito provavelmente iniciou essa participação antes de tornar-se professor, mas o fato é que continuou na militância enquanto exercia essa profissão. Luiz Marcos já havia sido preso e indiciado em 1968, devido à sua participação em atividades estudantis em Belo Horizonte. Ele cursou três anos de Economia e um de Filosofia.

Em novembro de 1968, foi posto em liberdade, acometido por hepatite. Permaneceu desse período até junho de 1969 em tratamento para a doença. Então, “recebeu determinação de um elemento da AP. (Ação Popular) de Belo Horizonte, de vir integrar um movimento subversivo em São Paulo, uma vez que era muito conhecido em Belo Horizonte”.

Luiz Marcos, ao ser interrogado, revelou diversas informações sobre a organização: citou o nome de duas pessoas que faziam parte de movimentos estudantis em Belo Horizonte (Barbosa e José Luiz) e também o nome da militante da AP com a qual fez seu primeiro contato em São Paulo (INEZ). Nesse primeiro contato, estabeleceu-se que Luiz Marcos ficaria encarregado de assessorar a organização no que se refere ao movimento operário na cidade e também quanto às informações sobre a economia brasileira. Luiz Marcos declarou receber NCr\$300,00 da AP para bancar as despesas com aluguel e alimentação. Luiz Marcos revelou o nome de mais três de seus contatos: “Mauro”, “com o qual tratava assuntos referentes a Luta Operária no ABC”; “Lucas”, “ligado ao Movimento Estudantil de S. Paulo”; “Marcos”, que integrava o “movimento de luta operária” na capital. Há informações sobre a finalidade da AP: “participar de uma revolução para a derrubada das Instituições Nacionais” e “lutar pelos direitos dos trabalhadores e do povo, finalizando por instalar no país um governo popular, através da 'guerra popular’”. Além disso, há informações sobre siglas como CN – Comando Nacional, e DN – Direção Nacional, entre outras, e consta que os papéis considerados subversivos, que foram tomados como prova do crime, encontrados com Luiz Marcos, foram enviados pela Direção Nacional da AP⁴⁴. Esses panfletos apreendidos não estão anexados ao prontuário.

⁴⁴ Auto de Qualificação e Interrogatório. São Paulo, 21 de janeiro de 1970. Pront. 146.420 – Luiz Marcos de Magalhães Gomes. DEOPS/SP, DAESP.

A partir do depoimento de Luiz Marcos juntamente com o dos policiais da RONE-3⁴⁵, é possível refazer a situação na qual o interrogado foi preso. Os três policiais que testemunharam foram Geraldo Caetano Prates, Antonio Cazer e Oswaldo Morigge, todos da RONE.

No dia 10 de dezembro de 1969, por volta das 22 horas, “Chico” foi encontrar-se com “Marcos” justamente para receber os papéis datilografados. No entanto, um terceiro militante também apareceu ao local, pois “Marcos” ficara encarregado de lhe arranjar acomodações. “Chico” recebeu os papéis e guardou-os dentro da camisa, presos à cinta da calça. Logo em seguida, uma viatura policial da RONE-3 se aproximou, pois considerou os homens em atitude suspeita. “Marcos” jogou um livro intitulado “Quatro Séculos de Latifúndio”, escrito por Alberto Passo Guimarães, e fugiu. “Chico” e “Marcelo” permaneceram no local e foram revistados. Ao encontrar os papéis na camisa de Luiz Marcos e também alguns no chão, os policiais iniciaram uma busca pelo local e encontraram o livro jogado por “Marcos” e também alguns outros papéis com conteúdo subversivo. Luiz Marcos e “Marcelo” foram presos e levados ao DOPS, devido à natureza política do delito. Com Luiz Marcos, foram encontradas tabelas com as datas e horários de seus encontros com “Marcos” e “Mauro”.

Em um dos documentos de seu inquérito, o de Informações sobre a vida pregressa do indiciado, foi-lhe perguntado se estava “arrepentido pela prática do crime porque responde agora, ou acha que a sua atitude foi premeditada e o fim alcançado estava na sua vontade”, ao que Luiz Marcos afirmou não ter nada a declarar como resposta a essa questão⁴⁶.

Os materiais encontrados com Luiz Marcos foram apreendidos como prova do crime. Além da tabela já citada, que continha os horários dos encontros de Luiz Marcos com contatos da AP, também foram apreendidos 10 folhas de papel amarelo e 4 folhas brancas, ambas datilografadas, com conteúdos considerados subversivos.

⁴⁵ Assentada. São Paulo, 23 de janeiro de 1970. Pront. 146.420 – Luiz Marcos de Magalhães Gomes. DEOPS/SP, DAESP.

Assentada. São Paulo, 26 de janeiro de 1970. Pront. 146.420 – Luiz Marcos de Magalhães Gomes. DEOPS/SP, DAESP.

⁴⁶ Informações sobre a vida pregressa do indiciado. São Paulo, 21 de janeiro de 1970. Pront. 146.420 – Luiz Marcos de Magalhães Gomes. DEOPS/SP, DAESP.

Também foi apreendido um papel contendo o horário dos trens de subúrbio que ligam São Paulo a Santo André⁴⁷.

Um Relatório datado de 26 de janeiro de 1970 faz um resumo de tudo o que foi constatado no Inquérito e requer a prisão preventiva de Luiz Marcos de Magalhães Gomes, bem como a do outro indiciado, Marcelo Hugo de Medeiros. Luiz Marcos foi removido no dia 22 de janeiro de 1970, mas não há informações sobre o local para onde foi levado⁴⁸.

Nesse prontuário não constam informações sobre se Luiz Marcos concluiu a Universidade, se trancou sua matrícula ou se ainda cursava uma graduação, mesmo tendo mudado de cidade. Em alguns documentos, sua profissão aparece apenas como professor de aulas particulares e, em outros, consta que essas aulas particulares ocorriam em um “cursinho”, mas não há nome ou localização desse estabelecimento. Também não há referências que indiquem qual a matéria que Luiz Marcos lecionava.

Sua participação na AP se estendeu durante o período em que trabalhou como professor, mas não há indícios que esclareçam se essa participação continuou mesmo após Luiz Marcos ter sido preso.

O Prontuário 147.528 trata de Maria Martha Antunes da Silva, filha de João Marcondes da Silva e Tereza Antunes da Silva, nascida no dia 22 de agosto de 1948, em Guaratinguetá, SP. Quando foi presa, residia em São Paulo. Seu crime político foi contra a Lei de Segurança Nacional e há a possibilidade de que ela tenha participado da MOLIPO, pelo que consta nos documentos presentes em seu prontuário⁴⁹. Martha foi presa no dia 13 de agosto de 1972 e não há informações sobre até quando permaneceu na prisão. Sua prisão foi feita pela OBAN.

Seu prontuário contém, na capa, a inscrição de Ordem Política. Uma Planilha de Identificação, de 29 de agosto de 1972, originada no Departamento Estadual de

⁴⁷ Auto de Exibição e Apreensão. São Paulo, 21 de janeiro de 1970. Pront. 146.420 – Luiz Marcos de Magalhães Gomes. DEOPS/SP, DAESP.

Auto de Exibição e Apreensão. São Paulo, 23 de janeiro de 1970. Pront. 146.420 – Luiz Marcos de Magalhães Gomes. DEOPS/SP, DAESP.

⁴⁸ Relatório. São Paulo, 26 de janeiro de 1970. Pront. 146.420 – Luiz Marcos de Magalhães Gomes. DEOPS/SP, DAESP.

⁴⁹ Informação nº1416/74. Atestado nº072401/74. São Paulo, 02 de outubro de 1974. Pront. 147.528. Maria Martha Antunes da Silva. DEOPS/SP, DAESP.

Ordem Política e Social, estabelece que Martha era professora e estudante. Sua prisão ocorreu para legitimação⁵⁰.

A Ficha Policial de Identificação de Martha, datada de 16 de outubro de 1972, aponta como seu local de trabalho o Colégio Estadual. A Incidência Penal é a LSN e a infração foi considerada como crime. Não há informação sobre a data em que se deu esse crime ou sobre as provas constituídas. Essa ficha contém a inscrição Ordem Social no alto da folha⁵¹.

O último documento deste prontuário é a Informação nº1416/74, que talvez possa ter sido emitida devido a um pedido de atestado da própria Martha. Essa Informação notifica alguns dados sobre Martha, entre os quais sua profissão, que agora é apontada como assistente social, e também sobre o Inquérito instaurado contra ela:

Consta de nossos arquivos, que a epigrafada foi indiciada em Inquérito Policial nº 34/72, da Delegacia Especializada de Ordem Social, por infração à Lei de Segurança Nacional, conforme relatório datado de 3.11.72, data em que os autos foram remetidos à 2ª Auditoria da 2ª C.J.M., por onde corre o Processo da MOLIPO⁵².

Consta, outrossim, o R.G. nº 4.705.045, da Planilha de Identificação, referente ao Inquérito acima, tendo a epigrafada, na presente petição de ATESTADO, aposto o R.G. nº 7.016.541⁵³.

Este caso aponta uma curiosidade: o RG apresentado por Martha quando pediu um atestado de antecedentes criminais é diferente do que consta em sua planilha de identificação. Isso foi apontado nessa Informação, mas não há explicação da causa dessa diferença.

O Dossiê 30-Z-160, na pasta 61, também trata de professores que militaram em organizações. Um Relatório⁵⁴, datado de 11 de março de 1971, trata da participação na ALN⁵⁵ de vários professores universitários e também de uma professora secundária, Maria de Lourdes Rego Mello, vulgo “Baixinha”. Há outro

⁵⁰ Planilha de Identificação. 29 de agosto de 1972. Pront. 147.528. Maria Martha Antunes da Silva. DEOPS/SP, DAESP.

⁵¹ Ficha policial de identificação. 16 de outubro de 1972. Pront. 147.528. Maria Martha Antunes da Silva. DEOPS/SP, DAESP.

⁵² O Movimento de Libertação Popular, MOLIPO, surgiu em 1971 como uma dissidência da ALN. Para mais informações, consultar Projeto Brasil: Nunca Mais – Tomo III.

⁵³ Informação nº 1416/74. Atestado nº 072401/74. São Paulo, 2 de outubro de 1974. Pront. 147.528. Maria Martha Antunes da Silva. DEOPS/SP, DAESP.

⁵⁴ Relatório. São Paulo, 05 de março de 1971, fls. 124-132. Dossiê 30-Z-160/ Pasta 61. DEOPS/SP, DAESP.

⁵⁵ A Ação Libertadora Nacional surgiu entre 1967 e 1968, como dissidência do PCB, e foi um grupo de guerrilha urbana liderado inicialmente por Carlos Marighella. Após a morte desse líder, Joaquim Câmara Ferreira assumiu a liderança do movimento. Para mais informações, consultar Projeto Brasil: Nunca Mais – Tomo III.

apelido de Maria, que está ilegível, mas que pode ser “Laura”, visto que esse apelido consta em outro documento. Ela nasceu no dia 23 de março de 1942, em Salvador – BA. Após a lista dos indiciados, há uma explicação sobre o motivo pelo qual o inquérito foi instaurado:

Meretíssimo Juiz:

O presente inquérito foi instaurado a fim de dar prosseguimento à apuração de crimes cometidos contra a Segurança Nacional, pela organização denominada Ação Libertadora Nacional, a qual vem sendo desmantelada desde meados de 1969, mas que devido a sua extensão ainda possui ramificações na Capital e no Estado, com envolvimento de inúmeras pessoas favoráveis a revolução armada para a derrubada do poder.

Quanto à participação de Maria de Lourdes, informa-se que:

Maria de Lourdes Rego Mello, vivia com Joaquim Camara Ferreira no “aparelho” deste e participava ativamente da organização ALN, em cuja residência recebia terroristas foragidos, guardava material próprio para a subversão, inclusive material de roubo, manteve vários contatos com Mauricio Segal, a pedido de “Toledo”⁵⁶, e coordenava todos os contatos deste último. Possuía várias identidades falsas, juntadas aos autos como prova da materialidade de sua participação.

As provas constituídas que indicam o envolvimento de Maria de Lourdes com essa organização são:

Junto o auto de apreensão de material subversivo, material furtado e mat. falsificado, encontrado no “aparelho” onde residia Maria de Lourdes Rego Mello e Joaquim Camara Ferreira, alugado em nome de Maria Sampaio Tavares bem como guia de recolhimento de moedas chilena, e cinco cédulas de identidade com nomes falsos de Maria de Lourdes Rego Mello, bem como uma carteira do Centro de Estudos Históricos, também desta indiciada; na casa de Maria de Lourdes foram encontrados documentos falsos de mais pessoas, também lá havia amostra dos carimbos furtados da Circunscrição do Recrutamento da Mooca, junto ainda uma das muitas relações de terroristas presos para serem trocados com diplomatas seqüestrados (...).

A partir dessas provas, foi requerida a prisão preventiva de Maria de Lourdes Rego Mello, assim como a de outros indiciados, “uma vez que em liberdade voltarão a praticar crimes contra a Segurança Nacional, pois voltarão a promover atos que levem à luta armada para a derrubada do poder”.

Um outro documento informa que a partir das declarações prestadas por Maria de Lourdes (“Laura”), no DOI, foram feitas mais duas prisões de elementos ligados à ALN⁵⁷.

O Prontuário 145.507 refere-se a Wilson de Campos Vieira, que nasceu em Araçatuba, SP, no dia 16/09/1943, filho de Demetrio Vieira e Edith de Souza C.

⁵⁶ O apelido “Toledo” refere-se a Joaquim Câmara Ferreira.

⁵⁷ Reunião da Cl. Prisões na GB. 28 de outubro de 1970, fls. 101. Dossiê 30-Z-160/Pasta 61. DEOPS/SP, DAESP.

Vieira. Foi indiciado em um inquérito policial devido à sua participação no 30º Congresso da Une. Wilson trabalhava como professor no Equipe Vestibulares. Sua Ficha Policial, que contém informações sobre o investigado, cita seu nível de instrução como superior. No entanto, devido à sua participação no Congresso da UNE, pode-se levantar a possibilidade de que ele ainda era estudante quando foi detido⁵⁸.

Uma Informação, datada de 1972, esclarece o motivo pelo qual foi detido e identificado:

Wilson de Campos Vieira
Juntamente com outros estudantes, que pretendiam realizar o XXXº Congresso da extinta UNE no Município de Ibiúna em 1968, veio detido com eles, tendo sido identificado em 17/10/68. Foram indiciados em inquérito policial (reunião proibida por lei). Desconhecemos o resultado do inquérito⁵⁹.

Há mais uma informação que, embora não seja do período tratado nesta pesquisa, indica o que ocorreu com o Inquérito instaurado contra Wilson:

Conforme Ofício de nº 358 dat. De 23/03/73 da 2ª. Auditoria da 2ª. CJM, o epígrafado teve declarada EXTINTA sua punibilidade no referido inquérito, pela prescrição da Ação Penal, já transitado em julgado⁶⁰.

Ao que tudo indica, o caso de Wilson apresenta uma característica que aparece com freqüência nos documentos do DEOPS/SP: um universitário que dá aulas particulares. Há indicação de outros suspeitos que também têm essa característica em alguns documentos. No entanto, em alguns deles, aparecem apenas o nome e algumas informações dos suspeitos, sem maiores esclarecimentos. Nesse tipo de caso, além do perigo por trabalhar como professor, podendo manipular os alunos, havia também a desconfiança com relação ao estudante, visto sempre como possível suspeito. É válido reafirmar que não há nenhuma indicação que prove que Wilson era de fato ainda estudante quando dava aulas particulares, mas esta pode ser uma hipótese levantada a partir da análise de seus documentos.

⁵⁸ Ficha policial. 17 de outubro de 1968. Pront. 145.507. Wilson de Campos Vieira. DEOPS/SP, DAESP.

⁵⁹ R/ Atestado nº17723. Informação nº96311. São Paulo, 02 de maio de 1972. Pront. 145.507. Wilson de Campos Vieira. DEOPS/SP, DAESP.

⁶⁰ Informação nº1709/78 – DSS. São Paulo, 22 de novembro de 1978. Pront. 145.507. Wilson de Campos Vieira. DEOPS/SP, DAESP.

3.3. Casos em que não há provas e/ou referências sobre o crime cometido.

O primeiro documento do Prontuário do professor Claudio Junqueira, nº 125.714, de 30 de janeiro de 1963, endereçado ao Departamento de Ordem Política e Social, foi originado na Secretaria da Segurança Pública e traz a informação de que está sendo encaminhada a cópia do Decreto de 27 de setembro de 1962, referente ao indulto do resto da pena de Claudio Junqueira⁶¹. Esse decreto, que está anexo, indulta Claudio Junqueira dos dois anos de reclusão que faltavam ser cumpridos e estabelece que ele deve cumprir um ano de liberdade vigiada. O decreto está assinado por João Goulart, Hermes Lima e João Mangabeira⁶².

Um Boletim Individual, da Delegacia de Polícia Seccional de Ribeirão Preto, contém informações sobre o réu. Seu processo foi iniciado em 18 de outubro de 1969 por infração prevista no artigo da Lei de Segurança Nacional e Claudio foi identificado em 7 de novembro de 1969⁶³.

Seu prontuário contém também uma lista de 5 folhas com nomes de elementos comunistas. Não há referências da acusação que foi levantada contra Claudio Junqueira e nem das provas levantadas contra ele. Também não há informações sobre o tempo em que Claudio ficou preso e nem sobre em qual nível escolar lecionava. Apesar da menção ao crime contra a LSN, não há maiores esclarecimentos sobre que crime foi esse.

José Hilário Nunes da Costa, cujo Prontuário é o de número 146.127, era filho de Geraldo Nunes da Costa e Benedita Fernandes Nunes. Nasceu no dia 11 de março de 1947 na cidade de Cornélio Procópio, no estado do Paraná. Trabalhava como professor de inglês, mas seus documentos não indicam se era ligado a alguma escola ou se dava aulas particulares. Foi preso em 1969.

Consta uma Anotação para o Prontuário, datada de 04 de novembro de 1969, que trata de sua prisão: “O prêsso José Hilário Nunes da Costa, foi nesta data recolhido à disposição da Delegacia de Ordem Social.” Nesta Anotação, informa-se

⁶¹ Ofício nº 0794. São Paulo, 30 de janeiro de 1963. Pront. 125.714. Claudio Junqueira. DEOPS/SP, DAESP.

⁶² Anexo ao Ofício nº 0794. Brasília, 27 de setembro de 1962. Pront. 125.714. Claudio Junqueira. DEOPS/SP, DAESP.

⁶³ Boletim Individual nº213/69. Pront. 125.714. Claudio Junqueira. DEOPS/SP, DAESP.

que José foi preso para averiguação, sem maiores esclarecimentos. Há uma folha de antecedentes criminais, em branco, anexa à esta⁶⁴.

Outra Anotação para Prontuário, datada do dia seguinte à anterior, ou seja, 05 de novembro de 1969, informa que José Hilário foi colocado em liberdade nesse dia⁶⁵. A Ficha Policial de José Hilário, trazendo suas informações, cita em uma nota que ele foi “identificado nos termos do decreto 11.285” e que declarou que nunca havia sido preso ou processado anteriormente. Sua identificação ocorreu no dia 05 de novembro de 1969. Esse documento traz ainda a informação de que sua instrução era de nível secundário⁶⁶.

Portanto, neste caso, os documentos contidos no prontuário não permitem estabelecer uma compreensão acerca do que ocorreu a José Hilário. Sabe-se apenas que ele permaneceu um dia na prisão, para ser identificado, mas não há informações sobre qualquer de suas ações que possam tê-lo tornado suspeito de crime político. Também não se pode estabelecer se o motivo pelo qual foi preso tem ligação com sua atuação como professor.

Terezinha de Melo Pereira, cujo prontuário é o número 56.011, é filha de Antonio Fernandes Pereira e Sizinia de Melo Pereira, nasceu no dia 21 de julho de 1936 na cidade de Tanabí, São Paulo.

Uma Anotação para o Prontuário, de 21 de janeiro de 1970, assinada pelo delegado Sergio F. Paranhos Fleury, trata da prisão de Terezinha:

O prêso Terezinha de Melo Pereira, foi nesta data recolhido à disposição da Delegacia de Ordem Social.
Motivo da prisão: Ofício nº 48/70 da Delsepol de São José do Rio Preto – à Disposição do Dr. Alfeu Forte⁶⁷.

Há um Registro Geral, ou seja, uma ficha policial que contém as informações da presa. Neste documento, Terezinha afirma que antes nunca havia sido presa ou processada. Consta também que ela foi identificada “nos termos do decreto 11.285”⁶⁸.

⁶⁴ Anotação para o prontuário. São Paulo, 04 de novembro de 1969. Pront.146.127. José Hilário Nunes da Costa. DEOPS/SP, DAESP.

⁶⁵ Anotação para prontuário. São Paulo, 05 de novembro de 1969. Pront.146.127. José Hilário Nunes da Costa. DEOPS/SP, DAESP.

⁶⁶ Ficha policial do investigado. 05 de novembro de 1969. Pront.146.127. José Hilário Nunes da Costa. DEOPS/SP, DAESP.

⁶⁷ Anotação para o prontuário. São Paulo, 21 de janeiro de 1970. Pront. 56.011. Terezinha de Melo Pereira. DEOPS/SP, DAESP.

⁶⁸ Ficha policial. Pront. 56.011. 22 de janeiro de 1970. Pront. 56.011. Terezinha de Melo Pereira. DEOPS/SP, DAESP.

Em seguida, há outra Anotação para Prontuário, que trata da data em que Terezinha foi colocada em liberdade, sendo esta 22 de janeiro de 1970. No alto desse documento, há um carimbo de Ordem Social⁶⁹.

O último documento desse prontuário é uma informação que esclarece sobre informações pessoais de Terezinha e também quanto ao motivo de sua prisão:

Em atenção ao que foi solicitado na Mensagem nº 133, datada de 12 de março de 1972, temos a informar o seguinte: -
Terezinha de Melo Pereira, filha de Antonio Fernandes e de Sizinia de Melo Pereira, nascida aos 21 de julho de 1936, solteira, natural de Tanabí – São Paulo, professora, residente à Av. Celso Garcia, 528 – ap. 305.
Consta de nossos arquivos que a epigrafada foi presa em 21 de janeiro de 1970, em atenção ao Ofício nº 48/70 da Delsepol de São José do Rio Preto, ficando à disposição do Dr. Alfeu Forte. Foi posta em liberdade aos 22/01/70⁷⁰.

Terezinha tinha nível de instrução normal e foi presa para legitimação. Apesar da indicação de um ofício da Delsepol, não há maiores esclarecimentos sobre o motivo da prisão e nem sobre as provas constituídas.

Assim como José Hilário Nunes da Costa, Terezinha também permaneceu apenas um dia na prisão, até que sua identificação fosse feita. Neste caso também não é possível afirmar se sua prisão foi decorrente de seu trabalho como professora.

3. 4. Conclusões sobre os casos analisados:

Entre os casos analisados, o que se constata é que a maioria dos professores que participaram de alguma forma pela luta contra a ditadura são jovens, numa faixa etária entre os 20 e 30 anos. Com exceção de Claudio Junqueira, que tinha 72 anos quando foi identificado, e de Ada Natal Rodrigues, que estava um pouco acima dessa faixa, com 39 anos, os outros professores cuja idade constava em seus documentos estão principalmente entre os 24 e 25 anos. Esta, na verdade, é uma característica que marcou o período da ditadura: jovens muito engajados na luta política pela redemocratização, principalmente no que se refere aos universitários. Devido a esse fator também, foram encontrados muitos nomes de suspeitos em prontuários e/ou dossiês que constavam como universitários e professores particulares. Esses nomes não foram tratados neste trabalho pois os documentos

⁶⁹ Anotação para prontuário. São Paulo, 22 de janeiro de 1970. Pront. 56.011. Terezinha de Melo Pereira. DEOPS/SP, DAESP.

⁷⁰ Informação nº 00314. São Paulo, 03 de maio de 1972. Pront. 56.011. Terezinha de Melo Pereira. DEOPS/SP, DAESP.

não apresentam mais que seus nomes e profissões, o que impossibilita uma reconstrução da atuação desses suspeitos. Entre os casos aqui analisados, apenas Maria Martha Antunes da Silva aparece como estudante e professora, além de assistente social. Como o documento que traz a informação de que ela era assistente social é posterior aos outros, é possível que ela tenha trabalhado como professora até concluir sua graduação para, depois disso, dedicar-se à sua profissão.

Quanto à prisão desses suspeitos, pode-se verificar que grande parte deles foi detida para legitimação. Há casos, como o de José Hilário Nunes da Costa e Terezinha de Melo Pereira, em que os suspeitos foram detidos em um dia e liberados no outro, após serem identificados. Luiz Marcos de Magalhães Gomes foi preso em 10 de dezembro de 1969 e removido em 22 de janeiro de 1970. Talvez essa remoção indique que ele foi levado para outro presídio, mas esta é apenas uma hipótese, visto que não há documentos que comprovem se ele foi solto ou se permaneceu detido. Há casos também, como o de Maria Martha Antunes da Silva e de Maria de Lourdes Rego Mello, em que os documentos não informam se ela foi colocada em liberdade e, conseqüentemente, nem a data dessa ocorrência.

Quanto à acusação feita a esses professores, há dois tipos principais: um refere-se ao seu trabalho, acusando-os de doutrinação e disseminação de idéias subversivas para seus alunos e o outro é mais amplo, pois coloca-os como tendo cometido crime contra a LSN. Em alguns casos, não há explicação sobre que crime é esse, ou seja, quais atitudes do acusado foram consideradas contrárias à Lei de Segurança Nacional, e também não há provas presentes nos documentos.

Pode-se verificar que a profissão de professor em si representa uma espécie de perigo aos governos ditatoriais, e talvez não só a esses, devido ao seu trabalho com idéias. Isto pode ser facilmente verificado através da observação das matérias lecionadas durante o período do regime militar, que visavam enaltecer a pátria. A intenção era a de que o ensino fosse utilizado como mais um meio de criar nos cidadãos a idéia de que o regime ditatorial era do interesse de todos e que, com ele, o país poderia se desenvolver com segurança. No entanto, alguns professores não aceitaram trabalhar como agentes dessa ideologia e passaram a questioná-la em seu trabalho, seja através de suas falas ou de seus gestos. Essa atitude não foi, obviamente, bem vista pelo governo, que passou a investigá-los. O perigo, para o governo, consiste exatamente no grande número de pessoas que um professor pode

atingir, visto que leciona para muitos alunos que, por sua vez, podem repassar o que aprendem na escola para seus amigos e familiares. Um ensino crítico, questionador, não é um benefício para um governo que se vale de medidas autoritárias como a censura, por exemplo. Questionar e refletir podem conduzir a uma compreensão do que ocorre de fato no país e a um conseqüente descontentamento por parte da população.

A preocupação que o governo teve com a atuação dos professores pode ser verificada pelo grande número de professores universitários que foram compulsoriamente aposentados e também pela legislação que regulamentava essas demissões, como por exemplo o Decreto-Lei nº477/69, que se refere exatamente à demissão dos professores, e também ao desligamento dos alunos da instituição escolar, se estes fossem considerados criminosos políticos, além do próprio AI-5.

Além desse trabalho feito dentro das escolas, há professores que participaram ativamente de organizações políticas, como a ALN. Maria de Lourdes Rego Mello, por exemplo, era militante da ALN e escondia fugitivos em sua casa, assim como materiais provenientes de roubos feitos pela organização. Em seu “aparelho” foram encontrados documentos de identidade falsificados, dela e de outras pessoas, e também listas com nomes de militantes que poderiam ser trocados por personalidades seqüestradas, o que foi feito algumas vezes durante o regime militar. Esses materiais indicam não apenas a sua participação mas também que ela ocupava um lugar importante dentro da organização, até mesmo pelo fato de Joaquim Câmara Ferreira, que morava com ela, ter-se tornado comandante da ALN após a morte de Marighella. Em seus documentos, não há registros de onde ela lecionava e também se lecionava na época em que houve a investigação a seu respeito, visto que a maior parte dos militantes precisava manter uma vida anônima, para não ser presa. Não há informações sobre quanto tempo ela permaneceu na cadeia.

Maria Martha Antunes da Silva foi indiciada por uma possível participação na MOLIPO, mas seu prontuário não esclarece se ela realmente militou nessa organização e, se o fez, de que maneira participou. Também não há provas de seu crime em seu prontuário.

O prontuário de Luiz Marcos de Magalhães Gomes lista as provas que foram encontradas no momento em que foi preso, em flagrante, portando diversos panfletos considerados subversivos. No entanto, não há cópias desse material no

prontuário. Esse é o único caso, entre os que foram analisados neste trabalho, que contém o depoimento do acusado e também o dos policiais. Esses depoimentos permitiram reconstituir o momento em que Luiz Marcos foi preso e a sua atuação na AP. No caso de Maria de Lourdes, por exemplo, há apenas um documento que comprova que ela prestou depoimentos no DOI, visto que duas pessoas da organização foram presas devido às suas declarações.

É válido reafirmar que, em muitos casos, não se encontraram documentos que permitissem entender o motivo pelo qual os professores foram acusados de crimes políticos. No entanto, o que fica evidente é a preocupação, por parte do regime militar, de investigar e identificar todos os possíveis suspeitos de oposição. É interessante também que, apesar de não haver provas nos prontuários, os suspeitos foram detidos, mesmo que apenas para serem identificados. Principalmente após o AI-5, com o qual fica regulamentado que os cidadãos poderiam ter seus direitos políticos suspensos, bem como a suspensão de garantias constitucionais como vitaliciedade e estabilidade, qualquer atitude, gesto, fala ou pensamento poderia ser usado como acusação de subversão. O número de pessoas que foram fichadas em prontuários é muito grande e os dossiês trazem fichas contendo diversos nomes de suspeitos que deveriam também ser investigados. Tudo isso confirma que um regime ditatorial deseja manter sob seu controle até mesmo os pensamentos do povo, e por isso mesmo, utiliza-se da censura aos meios de comunicação, músicas, livros, filmes e busca reprimir os profissionais ligados diretamente ao trabalho intelectual, como é o caso dos professores, pois estes trabalham com o conhecimento, que, por sua vez, é a base do questionamento e do pensamento crítico, tão indesejados em uma ditadura.

4. Considerações Finais:

O regime militar procurou manter-se no poder através de duas vias distintas, mas complementares. Em uma, procurava-se convencer ideologicamente a população de que o Golpe de 64 instituiu um período de progresso e tranquilidade, por meio de uma suposta democracia. De outro lado, utilizava-se da força para reprimir aqueles que não eram convencidos pelo modo pacífico.

Os professores, que deveriam ser agentes transmissores da ideologia desejada pelo governo, acabaram, em alguns casos, trabalhando na contra-mão e utilizando-se do seu trabalho para tentar informar seus alunos do que ocorria de fato no país.

Os documentos do DEOPS/SP deixam transparecer a preocupação que os órgãos responsáveis pela repressão mantinham para com os professores no sentido de considerá-los capazes de doutrinar seus alunos para que estes passassem a questionar a ordem vigente.

Através da análise do material pesquisado, foi possível perceber de que maneiras os professores contribuíram na luta pela redemocratização do país. Ficou claro também o modo como o DEOPS/SP agia: através da vigilância permanente aos suspeitos. Todo o tipo de prova, seja ela de ordem material ou não (como no caso de um comportamento), poderia ser utilizada para comprovar a subversão.

Neste trabalho, buscou-se compreender como se deram as relações entre o Estado autoritário e os professores que agiram contra esse governo, a partir das observações produzidas por um órgão de repressão. O que se afigura é que um regime que precisa controlar a população de tal forma que não haja espaço para questionamentos e contraposições é fraco, pois não consegue sustentar-se no poder por meios legítimos.

Pensar na importância da educação para os rumos de um país também é fundamental. Se até mesmo um governo autoritário percebeu a importância da educação para a constituição do pensamento autônomo, em um regime democrático seria ideal investir para que a mesma propiciasse o desenvolvimento de uma consciência crítica por parte de todos os alunos.

Compreender os mecanismos utilizados em uma ditadura é de extrema importância para viabilizar a construção de uma democracia em nosso país. É necessário sempre lembrar o que houve no passado para que os mesmos erros não sejam cometidos no presente. Desta forma, foi este tipo de contribuição que se pretendeu construir com esta pesquisa, embora seja importante ressaltar que ainda há muito a se descobrir e estudar sobre o autoritarismo no Brasil, para evitar suas manifestações no presente.

BIBLIOGRAFIA

FONTES PRIMÁRIAS:

Dossiê 30-Z-160/ Pasta 61. DEOPS/SP, DAESP. Arquivo do Estado de São Paulo.

Dossiê 50-H-67/Pasta 02. DEOPS/SP, DAESP. Arquivo do Estado de São Paulo.

Dossiê 50-Z-009/ Pasta 72. DEOPS/SP, DAESP. Arquivo do Estado de São Paulo.

Dossiê 50-Z-75. DEOPS/SP, DAESP. Arquivo do Estado de São Paulo.

Prontuário 56.011. Terezinha de Melo Pereira. DEOPS/SP, DAESP. Arquivo do Estado de São Paulo.

Prontuário 125.714. Claudio Junqueira. DEOPS/SP, DAESP. Arquivo do Estado de São Paulo.

Prontuário 145.507. Wilson de Campos Vieira. DEOPS/SP, DAESP. Arquivo do Estado de São Paulo.

Prontuário 146.127. José Hilário Nunes da Costa. DEOPS/SP, DAESP. Arquivo do Estado de São Paulo.

Prontuário 146.420. Luiz Marcos de Magalhães Gomes. DEOPS/SP, DAESP. Arquivo do Estado de São Paulo.

Prontuário 147.528. Maria Martha Antunes da Silva. DEOPS/SP, DAESP. Arquivo do Estado de São Paulo.

REFERÊNCIAS:

ABREU, A. A. de [et al]. **Dicionário histórico-biográfico brasileiro pós-1930**. 2. ed. rev e atualizada. Rio de Janeiro: Editora FGV; CPDOC, 2001. Vol III - IV.

AQUINO, M. A. de. DEOPS/SP: visita ao centro da mentalidade autoritária. In: AQUINO, M. A. de; LEME DE MATTOS, M. A. V.; SWENSSON JR, W. C.; MORAES, M. B. de (Org.). **A constância do olhar vigilante: A preocupação com o crime político.** São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 2002. p. 17-43.

AQUINO, M. A. de; LEME DE MATTOS, M. A. V.; SWENSSON JR, W. C. (Org.). **No coração das trevas: o DEOPS/SP visto por dentro.** São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 2001. 207 p.

AQUINO, M. A. de; LEME DE MATTOS, M. A. V.; SWENSSON JR, W. C.; MORAES, M. B. de (Org.). **A constância do olhar vigilante: A preocupação com o crime político.** São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 2002. 218 p.

AQUINO, M. A. de; LEME DE MATTOS, M. A. V.; SWENSSON JR, W. C.; MORAES, L. N. de G. (Org.). **O dissecar da estrutura administrativa do DEOPS/SP: O anticomunismo: doença do aparato repressivo brasileiro.** São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 2002. 167 p.

AQUINO, M. A.; LEME DE MATTOS, M. A. V.; SWENSSON JR, W. C.; LONGHI, C. R. (Org.). **O DEOPS/SP em busca do crime político.** Família 50. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 2002. 198 p.

AQUINO, M. A.; LEME DE MATTOS, M. A. V.; SWENSSON JR, W. C.; LEISTER FILHO, A. (Org.). **A Alimentação do Leviatã nos planos regional e nacional: mudanças no DEOPS/SP no pós-1964.** Família 50. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 2002. 199 p.

BOBBIO, N. **Dicionário de política.** Brasília, DF: Editora Universidade de Brasília: Linha Gráfica Editora, 1991. Vol 1-2.

CARDOSO, I. Maria Antonia: o edifício de nº 294. In: MARTINS FILHO, J. R. (Org.). **1968 faz 30 anos.** Campinas, SP: Mercado de Letras, 1998. p. 27 – 48.

CHIAVENATO, J J. **O golpe de 64 e a ditadura militar.** 8. ed. São Paulo: Moderna, 1994.

COIMBRA, C. M. B. Algumas práticas “psi” no Brasil do “milagre”. In: FREIRE, A.; ALMADA, I.; PONCE, J. A. DE G. (Org.). **Tiradentes, um presídio da ditadura: memórias de presos políticos.** São Paulo: Scipione, 1997. p. 423 – 438.

CORTEZ, M. **O golpe na alma.** São Paulo: Pé-de-chinelo Editorial, 2008.

FERORDI, C R. **As reformulações do ensino na ditadura militar (1964-1971)**. 2005. 56 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Pedagogia) – Instituto de Biociências, Universidade Estadual Paulista, Rio Claro.

FREIRE, A; ALMADA, I; PONCE, J A de G (Org.). **Tiradentes, um presídio da ditadura**: memórias de presos políticos. São Paulo: Scipione, 1997.

GASPARI, E. **A Ditadura Envergonhada**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

_____. **A Ditadura Escancarada**. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

MARTINELLI, R. **Um Grito de Coragem**: memórias da luta armada. São Paulo: Com-Arte, 2006.

PROJETO Brasil: nunca mais. Tomo III: **Perfil dos atingidos**. São Paulo: Arquidiocese de São Paulo, 1985. 6 tomos. Disponível em: <http://docvirt.com/docreader.net/DocReader.aspx?bib=\\Acervo01\drive_q\Trbs\GTNM Livros\GTNM Livros MP.DOCPRO&Pasta=Tomo%20III%20-%20Perfil%20dos%20Atingidos&PagLog=&Pesq=&PagFis>. Acesso em 15 de setembro de 2009).

ROMANELLI, O. de O. **História da Educação no Brasil: 1930/1973**. 3. ed. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 1978.

VENTURA, Z. **1968 – O ano que não terminou**. 3. ed. São Paulo: Editora Planeta do Brasil, 2008.

SACCHETTA, V.; CAMARGOS, M.; MARINGONI, G. **A imagem e o gesto – Fotobiografia de Carlos Marighella**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 1999.

6. ANEXOS

6. 1. Anexo A - Notícia do jornal “Cidade de Santos”, de 27 de maio de 1970, na qual consta um parágrafo sobre a professora Clari Izavel Fávero. Dossiê 50-Z-075. DEOPS/SP, DAESP.



6. 2. Anexo B - Capa do Prontuário 146127. José Hilário Nunes da Costa. DEOPS/SP, DAESP.

Prontuário N.º 146127

DEPARTAMENTO DE ORDEM POLÍTICA E SOCIAL

DEPARTAMENTO DE ORDEM POLÍTICA E SOCIAL

FICHADO

ARQUIVO GERAL

Nome: José Hilário Nunes da Costa

Vulgo:

Filiação: Pa: Gualdo Nunes da Costa
Mbe: Benedita Fernandes Nunes

Motivo:

Localidade:

6. 3. Anexo C – Anotação para o Prontuário. Prontuário 146127. José Hilário Nunes da Costa. DEOPS/SP, DAESP.

SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA
DEPARTAMENTO DE ORDEM POLÍTICA E SOCIAL

N.º _____

ANOTAÇÃO PARA O PRONTUÁRIO

O prêso HEXEM JOSE HILARIO NUNES
DA COSTA, foi nesta data recolhido
à disposição da Delegacia de ORDEM SOCIAL

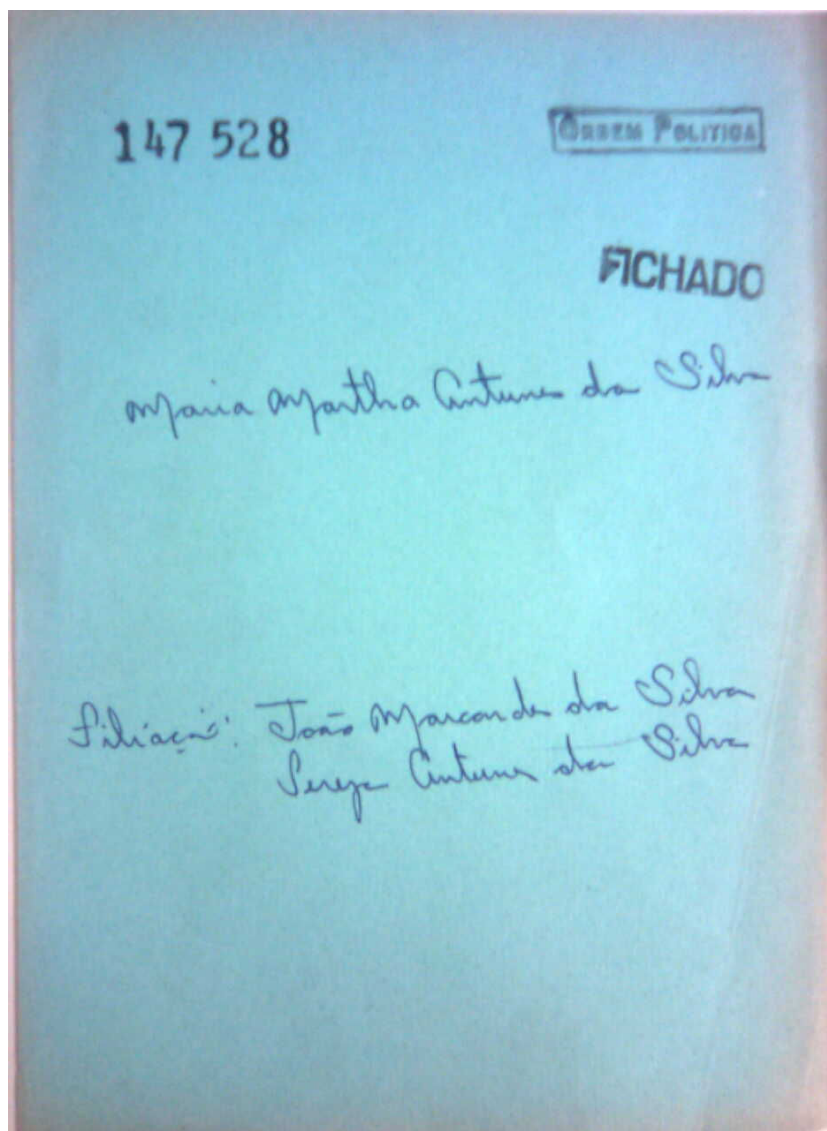
Motivo da prisão: averiguação

São Paulo, 4 de NOVEMBRO de 1969


DELEGADO

NOTA — Um talão para cada prêso.

6. 4. Anexo D – Capa do Prontuário 147.528. Maria Martha Antunes da Silva. DEOPS/SP, DAESP.



6. 5. Anexo E – Informação nº 1416/74. Prontuário 147.528. Maria Martha Antunes da Silva. DEOPS/SP, DAESP.

DEPARTAMENTO ESTADUAL DE ORDEM POLITICA E SOCIAL-DEOPS,
ARQUIVO GERAL

ISS/INQ
INFORMAÇÃO Nº 1416/74 ATTESTADO Nº 072403/74

MARIA MARTHA ANTUNES DA SILVA, filha de João Marccondes da Silva e de Teresa Antunes da Silva, natural de Guaratinguetá/SP, nascida aos 22.8.1948, solteira, Assistente Social, residente à rua das Palmeiras, nº 262-apto. 73-Santa Cecília-Capital/SP, R.C.nº 7.016.541.

Consta de nossos arquivos, que a epigrafada foi in-
diciada em Inquérito Policial nº 34/72, da Delegacia Especializada de Ordem Social, por infração à LEI DE SEGURANÇA NACIONAL, conforme relatório datado de 3.11.72, data em que os autos foram remetidos à 2ª Auditoria da 2ª C.J.M., por onde corre o Processo de HOLIPO.

Consta, outrossim, o R.C.nº 4.705.045, da Planilha de Identificação, referente ao Inquérito acima, tendo a epigrafada, na presente petição de ATTESTADO, aposte o R.C.nº 7.016.541.

É o que consta.

Informado por Marcial Macias,

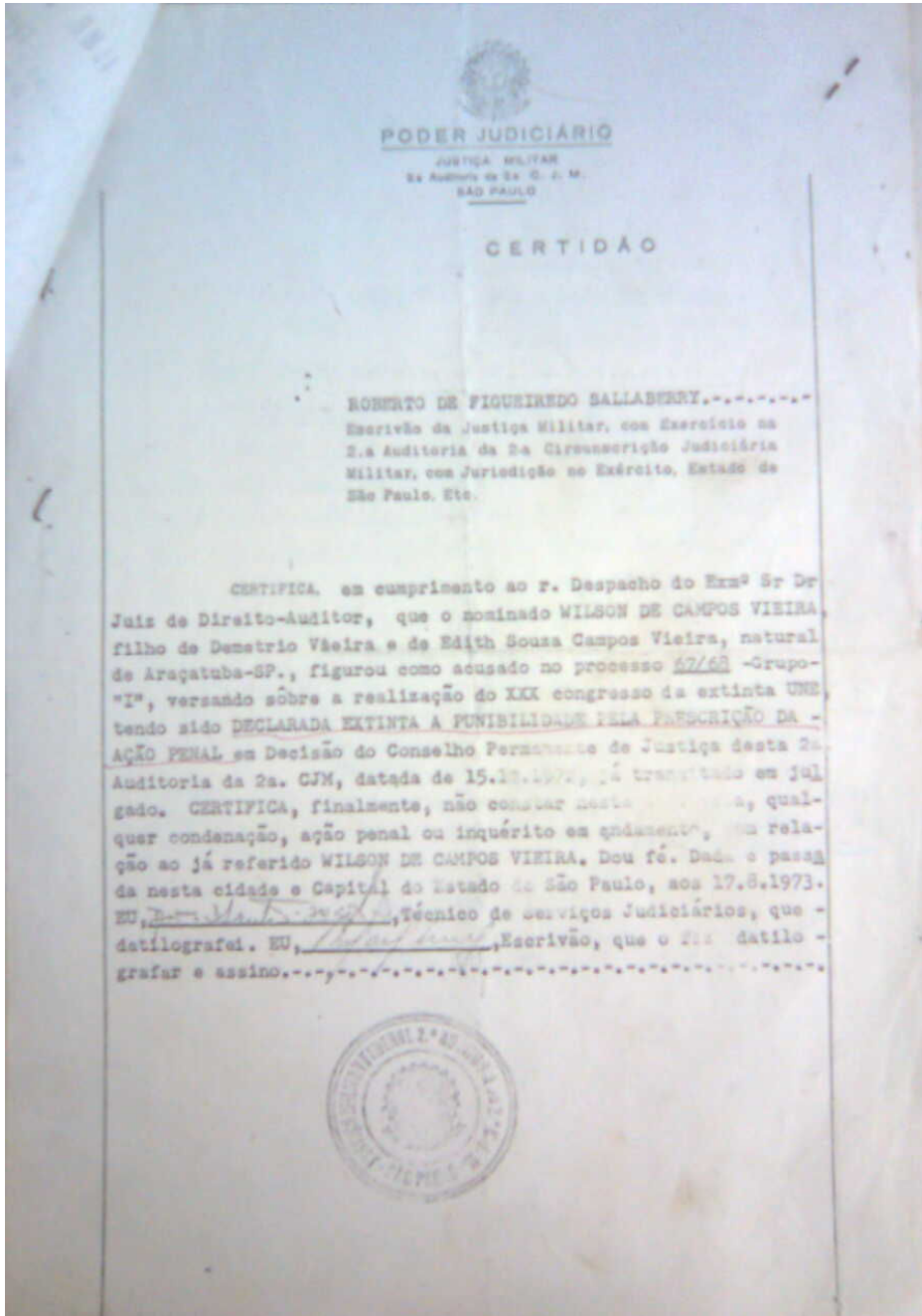
São Paulo, 2 de outubro de 1.974.

Argemiro Laurindo Carbonelli.
Chefe de Arquivo Geral-DEOPS.

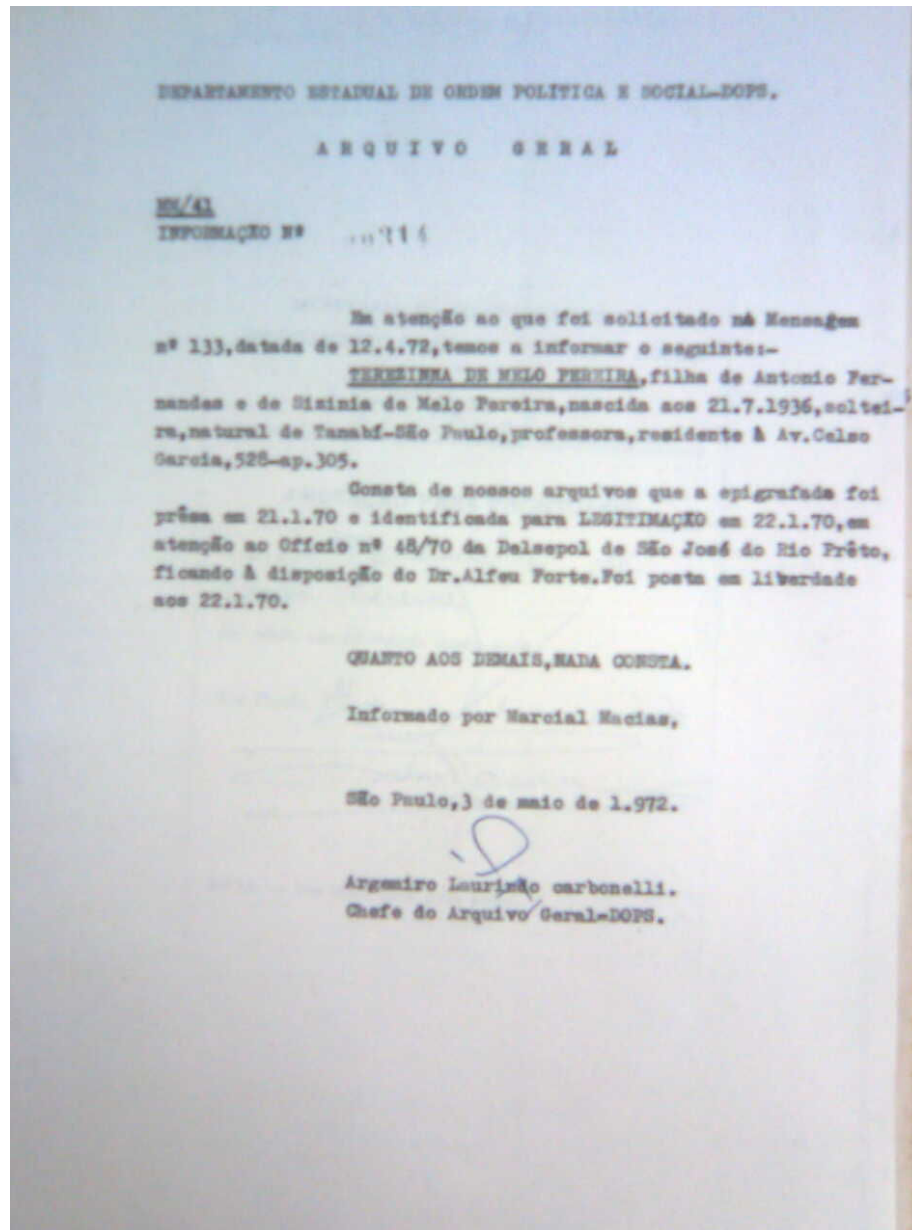
6. 6. Anexo F – Ficha de Identificação de Maria Martha Antunes da Silva. Prontuário 147.528. Maria Martha Antunes da Silva. DEOPS/SP, DAESP.

UF: SP RG: 4.705.045 Ord.Social: 34/72 Data: 16.10.72 Id.: 1a.		
NOME: MARIA MARTHA ANTUNES DA SILVA		
Pai: João Marcondes da Silva	Mãe: Teressa Antunes da Silva	
Data de Nascimento: 22.8.48	Nacionalidade: Brasileira	
Estado Civil: Gravida	Profissão: Professora	
Endereço: Rua Frei Inocêncio, 69 - Guaratinguetá		
Local de Trabalho: Colégio Estadual		
Lei de Segurança Nacional:		
20 - ESTADO CIVIL	21 - MENS EMPREGADOS	24-25 LOCAL DA OCORRÊNCIA
<input type="checkbox"/> 1. CASADO <input checked="" type="checkbox"/> 2. SOLTEIRO <input type="checkbox"/> 3. SEPARADO <input type="checkbox"/> 4. DIVORCIADO <input type="checkbox"/> 5. VIÚVO <input type="checkbox"/> 6. ANULADO <input type="checkbox"/> 7. DESCONHECIDO	<input type="checkbox"/> 1. PRONTO ADMINISTRATIVA <input type="checkbox"/> 2. BARRAGEM DE PRISÃO <input type="checkbox"/> 3. NATUREZA DA INFRAÇÃO <input checked="" type="checkbox"/> 4. CRIMES <input type="checkbox"/> 5. CONTRAINDUSTRIAL <input type="checkbox"/> 6. DATA DO FATO <input type="checkbox"/> 7. Indeterminado	<input type="checkbox"/> 1. LOMA DE FUGA <input type="checkbox"/> 2. LOMA CONTINENTE DE PERMANENTE <input type="checkbox"/> 3. ARMA CONTINGENTE <input type="checkbox"/> 4. FUGA <input type="checkbox"/> 5. VESTIÁRIO <input type="checkbox"/> 6. SEM INSTRUMENTOS <input type="checkbox"/> 7. VESTIÁRIO <input type="checkbox"/> 8. INSTRUMENTOS <input checked="" type="checkbox"/> 9. OUTROS <input type="checkbox"/> 10. CASOS PRESUMÍVEIS <input type="checkbox"/> 11. ALIENAÇÃO <input type="checkbox"/> 12. ALIENADO <input type="checkbox"/> 13. AMIÇÃO <input type="checkbox"/> 14. CISSM <input type="checkbox"/> 15. REVENDIÇÃO <input type="checkbox"/> 16. IMPERIAL IMPRUDENTE <input type="checkbox"/> 17. CIB. DE MEGALOPOLIA <input type="checkbox"/> 18. SEMOS DE VERGANCIA <input type="checkbox"/> 19. ENTORPECIMENTO <input type="checkbox"/> 20. INSTRUMENTOS <input checked="" type="checkbox"/> 21. OUTROS
26 - GRAU DE INSTRUÇÃO	27 - DIA DA SEMANA	28-29 PROTOCOLOS, RE-PROSECUCOES
<input type="checkbox"/> 1. ANALFABETO <input type="checkbox"/> 2. PRIMARIO INCOMPLETO <input type="checkbox"/> 3. PRIMARIO COMPLETO <input type="checkbox"/> 4. SECUNDARIO <input type="checkbox"/> 5. PROFISIONAL <input checked="" type="checkbox"/> 6. SUPERIOR	<input type="checkbox"/> 1. JORNADO <input type="checkbox"/> 2. SEGUNDA-FEIRA <input type="checkbox"/> 3. TERÇA-FEIRA <input type="checkbox"/> 4. QUARTA-FEIRA <input type="checkbox"/> 5. QUINTA-FEIRA <input type="checkbox"/> 6. SEXTA-FEIRA <input type="checkbox"/> 7. SABADO <input type="checkbox"/> 8. DOMINGO	<input type="checkbox"/> 1. PROTOCOLO <input type="checkbox"/> 2. PROSECUCOES AGENTES <input type="checkbox"/> 3. PROSECUCOES <input type="checkbox"/> 4. RADIOPRENSA PARE. <input type="checkbox"/> 5. TRANSMISSOR COLATIVO <input type="checkbox"/> 6. VIA FERREA <input type="checkbox"/> 7. MAR. DO LAGOA <input type="checkbox"/> 8. VIA PUBLICA <input type="checkbox"/> 9. TELEFONO <input checked="" type="checkbox"/> 10. OUTROS
30 - NATUREZA DA AÇÃO POLICIAL	31 - EF. HORA	32 - NOME DO FILHO
<input checked="" type="checkbox"/> 1. PORTARIA <input type="checkbox"/> 2. PLACARTE <input type="checkbox"/> 3. ARRESTAÇÃO	<input type="checkbox"/> 1. S. PRISÃO	<input type="checkbox"/> 1. 01. <input type="checkbox"/> 2. 02. <input type="checkbox"/> 3. 03. <input type="checkbox"/> 4. 04. <input type="checkbox"/> 5. 05. <input type="checkbox"/> 6. 06. <input type="checkbox"/> 7. 07. <input type="checkbox"/> 8. 08. <input type="checkbox"/> 9. 09. <input type="checkbox"/> 10. 10. <input type="checkbox"/> 11. 11. <input type="checkbox"/> 12. 12. <input type="checkbox"/> 13. 13. <input type="checkbox"/> 14. 14. <input type="checkbox"/> 15. 15. <input type="checkbox"/> 16. 16. <input type="checkbox"/> 17. 17. <input type="checkbox"/> 18. 18. <input type="checkbox"/> 19. 19. <input type="checkbox"/> 20. 20. <input type="checkbox"/> 21. 21. <input type="checkbox"/> 22. 22. <input type="checkbox"/> 23. 23. <input type="checkbox"/> 24. 24. <input type="checkbox"/> 25. 25. <input type="checkbox"/> 26. 26. <input type="checkbox"/> 27. 27. <input type="checkbox"/> 28. 28. <input type="checkbox"/> 29. 29. <input type="checkbox"/> 30. 30.
INFORMAÇÕES POLICIAIS		
Motivo da Denúncia: Lei de Segurança Nacional - HOLÍO		
Endereço: Rua das Palmeiras, 261 - Apto. 146 - Sta. Cecília	Data: 13-8-72	Hora: 23 hrs.
Nome: Irmã - Celie Maria da Silva	Autor da Detenção: GRAN	
RG: 4.705.045	Assinatura:	
147 528		
4. VIA PARA SER JUNTADA AO INQUÉRITO POLICIAL, COMO PEÇA ESSENCIAL		

6. 7. Anexo G – Certidão de Antecedentes Criminais. Prontuário 145.507. Wilson de Campos Vieira. DEOPS/SP, DAESP.



6. 8. Anexo H – Informação. Prontuário 56.011. Terezinha de Melo Pereira. DEOPS/SP, DAESP.



6. 9. Anexo I – Informação nº 000651. Prontuário 146.420. Luiz Marcos de Magalhães Gomes. DEOPS/SP, DAESP.

DEPARTAMENTO ESTADUAL DE ORDEM POLITICA E SOCIAL-DEOPS.

ARQUIVO GERAL

III/26
E-SP/7982
INFORMAÇÃO Nº 000651

Em atenção ao que foi solicitado pelo Recolhimento Tiradentes em datado 3.9.71, temos a informar o seguinte:

MARCELO HUGO DE MEDEIROS, filho de Darcy Medeiros e de Rita Fernandes de Medeiros, nascido aos 2.7.1942, natural de Cajazeira-Paraíba, engenheiro mecânico, solteiro, foi recolhido à disposição da Del. Esp. de Ordem Social, em 10.12.69, por porte de material subversivo. Identificado em 11.12.69. Consta na guia de identificação federal, ter sido o epígrafe incurso na Lei de Segurança Nacional. Em 22.1.70, foi removido deste DEOPS, não constando para que lugar.

LUIZ MARCOS DE MAGALHÃES GOMES, filho de Francisco de Assis Magalhães Gomes e de Maria Clara B. de Magalhães Gomes, o qual foi preso em companhia de Marcelo Hugo de Medeiros, encontrando-se na mesma situação do companheiro. Consta ainda, em nossos arquivos, cópia do Inquérito em que ambos se encontram indicados, com suas declarações. Infração ao disposto no artigo 45 do D.L. nº 898, de 29.9.69 (Atual Lei de Segurança Nacional).

Nas declarações de Luiz Marcos, consta entre outras coisas que "desenvolveu atividades subversivas, mantendo ligações com outros elementos, conhecendo-os pelos seus vulgos, dissendo ainda, fazer parte da AP, com finalidade de uma revolução futura para a derrubada das Instituições Nacionais.

Quanto às declarações de Marcelo, entre outras consta que ao passar pela Guanabara a caminho desta Capital, encontrou-se com um antigo conhecido do CRUSP, com idéias esquerdistas e aproveitou esse contato para auxiliar o movimento da A.P..

Informado por Marcial Macias,
São Paulo, 6 de setembro de 1.971.

Argemiro Laurindo Carbonelli
Chefe do Arquivo Geral-DEOPS.